



**ORDEM DO DIA
PARA A 68ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 27 DE MAIO DE 2010**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 9, de 2000, (Autógrafo nº 27913), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Dispõe sobre o direito à promoção ao posto de graduação imediatamente superior de policiais femininos militares. Parecer nº 3457, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0014, de 2000, (Autógrafo nº 25227), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. Parecer nº 126, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 30 e contrário ao projeto quanto às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0057, de 2000, (Autógrafo nº 25163), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Isenta, a pessoa portadora de deficiência, do pagamento da tarifa cobrada em função dos serviços públicos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 25, de 2001, (Autógrafo nº 27037), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Assegura aos professores estáveis da rede pública estadual os mesmos direitos reservados aos professores titulares de cargos efetivos do Estado. Parecer nº 120, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0040, de 2002, de autoria do Sr. Governador. Cria a Procuradoria de Procedimentos

Disciplinares, na Procuradoria Geral do Estado. Com emenda. Pareceres nº 1411 e 1412, de 2002, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto e contrários à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 41, de 2003, (Autógrafo nº 26706), vetado totalmente, de autoria do deputado Mário Reali. Estabelece diretrizes e normas para a Política Estadual de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0050, de 2003, (Autógrafo nº 25896), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Prorroga o prazo para a concessão do Prêmio de Incentivo à Produtividade e Qualidade - PIPQ, instituído pela Lei Complementar nº 907, de 2001. Parecer nº 163, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0051, de 2003, (Autógrafo nº 25897), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos das Leis Complementares nº 804, de 1995, e nº 887, de 2000, e prorroga o prazo de concessão do Prêmio de Incentivo à Qualidade - PIQ, bem como, do Abono por Satisfação do Usuário - ASU. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0053, de 2003, (Autógrafo nº 25900), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Prorroga o prazo para a concessão da Gratificação Área Educação, instituída pela Lei Complementar nº 834, de 1997. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0057, de 2003, (Autógrafo nº 25985), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui contribuição previdenciária para os servidores públicos inativos, militares reformados e respectivos pensionistas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2004, (Autógrafo nº 26629), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Autoriza a execução de atividades de Enfermeiros, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Administrador Hospitalar sob a forma de plantão. Parecer nº 128, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 2, de 2005, (Autógrafo nº 27043), vetado totalmente, de autoria dos deputados Nivaldo Santana e Ana Martins. Acrescenta inciso ao artigo 22 da Lei Complementar nº 939, de 2003, que institui o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 9, de 2005, (Autógrafo nº 26441), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Cria, na Secretaria da Segurança Pública, a Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança-CONSEGs. Parecer nº 2824, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 11, de 2005, (Autógrafo nº 26769), vetado parcialmente, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Organização e a Divisão Judiciária do Estado e cria os cargos necessários para o Quadro do Tribunal de Justiça. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 14, de 2005, (Autógrafo nº 27665), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Acrescenta dispositivo ao artigo 66 da Lei nº 10.261, de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo. Pareceres nºs 2392 e 2393, de 2008, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 18, de 2005, (Autógrafo nº 26641), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público. Pareceres nºs 118 e 119, de 2006, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Institui e disciplina o Sistema de Pontuação Acrescida para Afrodescendentes para fins de realização de concurso público visando ao provimento dos cargos de Defensor Público do Estado. Com 07 emendas. Parecer nº 504, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e às emendas. Parecer nº 505, de 2006, de relator especial

pela Comissão de Administração Pública, favorável ao projeto, às emendas de nºs 1 e 3 e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 4, de 2006, (Autógrafo nº 27781), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Estabelece medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo. Parecer nº 3156, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 14, de 2006, (Autógrafo nº 27079), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Estabelece critérios para a remuneração na substituição temporária de cargo ou função da Polícia Militar. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 70, de 2006, (Autógrafo nº 27131), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Cria e extingue cargos no Subquadro de Cargos Públicos do Quadro do Ministério Público do Estado. Parecer nºs 396, de 2007, de relator especial, pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 75, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Institui a Lei de Promoções da Polícia Militar do Estado. Com 43 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 81, de 2006, (Autógrafo nº 27231), vetado parcialmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza e outros. Revoga as leis complementares que especifica, compreendidas entre 1973 e 2002. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 6, de 2007, (Autógrafo nº 27352), vetado totalmente, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Altera o artigo 68 da Lei Complementar nº 893, de 2001, que instituiu o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar. Parecer nº 3150, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 13, de 2007, (Autógrafo nº 27772), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson

Giriboni. Altera a redação do artigo 198, da Lei nº 10.261, de 1968, que dispõe sobre a licença à funcionária gestante. Parecer nº 3098, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 32, de 2007, (Autógrafo nº 27188), vetado parcialmente, de autoria da Mesa. Reajusta em 4,05% as Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa, fixadas pela Resolução nº 776, de 1996. Pareceres nºs 1305 e 1306, de 2007, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Finanças, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 34, de 2007, (Autógrafo nº 27569), vetado totalmente, de autoria do deputado João Mellão Neto. Autoriza o Poder Executivo a criar um órgão para avaliação de currículos e formulação de planos de carreira, para nomeação de cargos em comissão na administração pública direta e indireta. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 70, de 2007, (Autógrafo nº 27767), vetado totalmente, de autoria do deputado José Cândido. Altera o "caput" do artigo 73, da Lei nº 10.261, de 1.968, que dispõe sobre a faculdade de opção entre os subsídios de mandato eletivo e os vencimentos do cargo do funcionário eleito. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 74, de 2007, (Autógrafo nº 27385), vetado parcialmente, de autoria do Tribunal de Contas. Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos aplicável aos servidores do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Pareceres nºs 453 e 454, de 2008, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 81, de 2007, (Autógrafo nº 28140), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Felício. Revoga o inciso I do artigo 242 da Lei nº 10.261, de 1968, que dispõe sobre a manifestação de servidor público através da imprensa ou de qualquer meio de divulgação. Parecer nº 294, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 62, de 2008, (Autógrafo nº 28553), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a qualificação como organizações sociais das fundações de apoio aos hospitais de ensino. Pareceres nºs 1908 e 1909, de 2009, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Saúde, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

31 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 35, de 2009, de autoria do Sr. Governador. Cria o Quadro de Pessoal da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - QP-ARTESP. Com 06 emendas. Parecer nº 2461, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emenda, e contrário às emendas de 01 a 06. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

32 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 2, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Altera as leis que especifica, com a finalidade de aperfeiçoar aspectos pontuais do regime jurídico dos servidores públicos civis e militares. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

33 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 6, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1075, de 2008, que cria cargos, funções autárquicas e empregos na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Pareceres nºs 512, 513 e 514, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, favoráveis. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não incidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0210, de 1995, (Autógrafo nº 25094), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado em propiciar, aos detentos arrimos de família, atividade laborativa remunerada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0205, de 1997, (Autógrafo nº 25448), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Dispõe

sobre a obrigatoriedade de constar, nas embalagens dos medicamentos, impresso alertando o consumidor da presença, em sua composição, de corantes, estabilizantes e preservantes químicos ou biológicos. Parecer nº 1483, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 212, de 1997, (Autógrafo nº 26702), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre a isenção de incidência de ICMS, na aquisição de ambulâncias, pelas Prefeituras Municipais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0276, de 1997, (Autógrafo nº 24510), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo comunicar, às autoridades que especifica, a requisição de força policial para reintegração de posse. Parecer nº 258, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0370, de 1997, (Autógrafo nº 24896), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Determina a responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária por todos os presos do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

40 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0475, de 1997, (Autógrafo nº 25146), vetado totalmente, de autoria do deputado Wagner Lino. Dispõe sobre a implantação de iluminação especial nas proximidades de escolas públicas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

41 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0477, de 1997, (Autógrafo nº 25624), vetado totalmente, de autoria do deputado Wagner Lino. Dispõe sobre a criação de assessoria permanente para serviço de apoio especializado na área de Educação Especial. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

42 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0635, de 1997, (Autógrafo nº 24923), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilberto Nascimento. Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Atendimento às emergências e traumas no Estado de São Paulo. Parecer nº 321, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

43 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão e outros.

Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

44 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Institui o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

45 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre a criação do "Passe Pedágio". Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

46 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0129, de 1999, (Autógrafo nº 24925), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Regulamenta o artigo 57 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, que assegura os direitos dos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932. Parecer nº 252, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

47 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0148, de 1999, (Autógrafo nº 24847), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Transforma em estância climática o município de Pinhalzinho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

48 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0254, de 1999, (Autógrafo nº 25097), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Altera a Lei nº 9849, de 1967, que constituiu a Fundação "Padre Anchieta" Centro Paulista de Rádio e TV Educativa. Parecer nº 1723, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

49 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0332, de 1999, (Autógrafo nº 25505), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dispõe sobre a concessão de subvenção a pessoas ou famílias de baixa renda, que sejam responsáveis por idosos carentes de cuidados especiais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

50 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 361, de 1999, (Autógrafo nº 27038), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Proíbe o trote aos alunos ingressantes ou veteranos nas escolas da rede pública. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

51 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0392, de 1999, (Autógrafo nº 24581), vetado totalmente, de autoria do deputado Salvador Khuriyeh. Estabelece obrigatoriedade de Licença de Operação e Funcionamento aos postos de serviços e abastecimentos de veículos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

52 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0397, de 1999, (Autógrafo nº 24560), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Institui o Programa Estadual de Uso Múltiplo das Águas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

53 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0404, de 1999, (Autógrafo nº 24892), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Dispõe sobre o número máximo de alunos por sala nos estabelecimentos de ensino público. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

54 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0421, de 1999, (Autógrafo nº 24463), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Altera a Lei nº 1319, de 1977, que autoriza a Fazenda do Estado a ceder, em comodato, ao "Ferroviário Atlético Clube", com sede em Bragança Paulista, imóvel situado nessa localidade. Parecer nº 250, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

55 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0526, de 1999, (Autógrafo nº 25105), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Dispõe sobre a criação do Policiamento Especial Escolar - PES. Parecer nº 1779, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

56 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 538, de 1999, (Autógrafo nº 27942), vetado totalmente, de autoria do deputado Vanderlei Siraque. Dispõe sobre a Inspeção Técnica de Veículos no Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

57 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0556, de 1999, (Autógrafo nº 25081), vetado totalmente, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim.

Dispõe sobre as garantias para que os deficientes físicos não sofram restrições quanto a sua livre locomoção e qualidade de vida. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

58 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0565, de 1999, (Autógrafo nº 25626), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Dispõe sobre a Gestão Democrática da Escola Pública Estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

59 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0595, de 1999, (Autógrafo nº 25536), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Dispõe sobre o uso de energia elétrica na irrigação rural. Parecer nº 71, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

60 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 613, de 1999, (Autógrafo nº 26703), vetado totalmente, de autoria do deputado Arthur Alves Pinto. Dispõe sobre o transporte e o atendimento de doentes em ambulância. Parecer nº 539, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

61 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0664, de 1999, (Autógrafo nº 24540), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Altera a Lei nº 4595, de 1985, que dispõe sobre a fiscalização, pela Assembléia Legislativa, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta. Pareceres nºs 449 e 450, de 2000, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Fiscalização e Controle, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

62 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0688, de 1999, (Autógrafo nº 25075), vetado totalmente, de autoria do deputado José Augusto. Obriga as empresas públicas, sociedades de economia mista e as empresas permissionárias ou concessionárias de serviços públicos estaduais a elaborarem Balanço Social. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

63 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0770, de 1999, (Autógrafo nº 24543), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Torna obrigatória a gratuidade da passagem e a reserva de três assentos em ônibus intermunicipais a idosos, com mais de 65 anos de idade. Parecer nº 237, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

64 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0790, de 1999, (Autógrafo nº 25059), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Torna obrigatório o ensino das disciplinas Filosofia e Sociologia nos estabelecimentos de ensino médio. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

65 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 805, de 1999, (Autógrafo nº 26442), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de cinto de segurança nos ônibus de transporte rodoviário. Parecer nº 2872, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

66 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0806, de 1999, (Autógrafo nº 25451), vetado totalmente, de autoria do deputado Vanderlei Siraque. Regulamenta o período mínimo de atendimento das agências bancárias e das demais instituições financeiras. Parecer nº 1364, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

67 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0816, de 1999, (Autógrafo nº 25452), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Obriga as agroindústrias citricultoras a comprar dos citricultores, no mínimo, 80% da matéria-prima principal utilizada na fabricação de suco de laranja. Parecer nº 1408, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

68 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0825, de 1999, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Impede a inclusão de qualquer consumidor em cadastro, banco de dados, ficha ou registro de inadimplentes, sem que ele seja previamente comunicado. Com emenda. Parecer nº 366, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto e à emenda. Parecer nº 367, de 2005, de relator especial pela Comissão de Direitos do Consumidor, favorável ao projeto e contrário à emenda. Parecer nº 368, de 2005, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

69 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0872, de 1999, (Autógrafo nº 25106), vetado totalmente, de autoria do deputado Conte Lopes. Dispõe sobre a descentralização do Instituto Médico Legal na área de Exame de Toxicologia. Parecer nº 1786, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

70 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0892, de 1999, (Autógrafo nº 26078), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Altera dispositivos da Lei nº 119, de 1973, que autorizou a constituição de uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

71 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0912, de 1999, (Autógrafo nº 24869), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Dispõe sobre a divulgação e da execução orçamentária do Estado através da "Internet". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

72 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0917, de 1999, (Autógrafo nº 24854), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Transforma em estância turística o município de Brodowski. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

73 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0959, de 1999, (Autógrafo nº 25393), vetado parcialmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Institui o Pólo Turístico das Cidades Religiosas. Parecer nº 1145, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

74 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1030, de 1999, (Autógrafo nº 25095), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Declara Área de Proteção Ambiental - APA os distritos de Souza e Joaquim Egídio, em Campinas. Parecer nº 1780, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

75 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1034, de 1999, (Autógrafo nº 24935), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Institui o Programa de Incentivo a Cultura do Algodão e cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

76 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1061, de 1999, (Autógrafo nº 25611), vetado totalmente, de autoria do deputado Willians Rafael. Cria cursos de reabilitação para jovens drogados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

77 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 57, de 2000, (Autógrafo nº 26435), vetado totalmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Dispõe sobre a instituição do estágio de estudantes de ensino superior em órgãos da

administração direta e indireta. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

78 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0080, de 2000, (Autógrafo nº 25739), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Torna obrigatória a realização de exame de acuidade visual e auditiva nas escolas públicas. Parecer nº 2001, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

79 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0084, de 2000, (Autógrafo nº 25084), vetado totalmente, de autoria do deputado Alberto Calvo. Dispõe sobre o fornecimento do Óleo de Lorenzo aos portadores de Adrenoleucodistrofia ligada ao cromossomo "X". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

80 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0129, de 2000, (Autógrafo nº 25461), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Declara área de proteção ambiental o trecho da Serra da Mantiqueira em São José dos Campos. Parecer nº 1494, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

81 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0142, de 2000, (Autógrafo nº 25394), vetado totalmente, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Institui o Selo Trabalho Infantil a ser conferido às empresas, empresas de pequeno porte e microempresas que não empregam crianças e adolescentes. Parecer nº 1146, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

82 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0173, de 2000, (Autógrafo nº 26187), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dispõe sobre a distribuição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias. Parecer nº 154, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

83 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0230, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Institui prêmio como recompensa por informações que resultem na localização de pessoas procuradas pela Polícia. Com 5 emendas. Parecer nº 1061, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com substitutivo e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

84 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0245, de 2000, (Autógrafo nº 25462), vetado totalmente, de autoria do deputado Henrique Pacheco. Torna obrigatória a descentralização de cursos ou unidades educacionais das universidades estaduais. Parecer nº 1485, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

85 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0296, de 2000, (Autógrafo nº 25632), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Autoriza o Poder Executivo a implantar a Faculdade de Tecnologia (Fatec) do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), no Município de Bragança Paulista, vinculada à Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

86 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0312, de 2000, (Autógrafo nº 25050), vetado parcialmente, de autoria do deputado Campos Machado. Assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre a natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores. Parecer nº 1477, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

87 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0404, de 2000, (Autógrafo nº 25395), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Mori. Dispõe sobre autorização para aplicação de exames médicos e psicotécnicos para fins de habilitação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

88 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0440, de 2000, (Autógrafo nº 25816), vetado parcialmente, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Proíbe fumar nas dependências e recintos dos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional do Estado. Parecer nº 2201, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

89 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 517, de 2000, (Autógrafo nº 26618), vetado totalmente, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Torna obrigatória a manutenção de aparelho desfibrilador nos shoppings centers, estádios de futebol, ginásios de esportes e supermercados. Parecer nº 130, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

90 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0565, de 2000, (Autógrafo nº 25627), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida.

Veda qualquer forma de discriminação racial, ao idoso, ao portador de deficiência física e à mulher. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

91 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0587, de 2000, (Autógrafo nº 24919), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre procedimento relativo ao crédito dos pagamentos correspondentes aos vencimentos, proventos e pensões de servidores públicos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

92 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 636, de 2000, (Autógrafo nº 27081), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Obriga os estabelecimentos bancários a instalarem assentos para idosos, deficientes físicos e gestantes, que estiverem nas filas a eles destinadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

93 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0641, de 2000, (Autógrafo nº 25389), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Gouveia. Veda qualquer forma de discriminação a portadores do vírus HIV ou a pessoas com AIDS, na administração pública direta, indireta e fundacional. Parecer nº 1149, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

94 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 676, de 2000, (Autógrafo nº 26635), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Parecer nº 63, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

95 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0696, de 2000, (Autógrafo nº 25065), vetado totalmente, de autoria da deputada Mariângela Duarte. Define as diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de Hepatite, no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

96 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 705, de 2000, (Autógrafo nº 26704), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Institui o "Selo de Qualidade" para combustíveis revendidos pelos postos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

97 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0054, de 2001, (Autógrafo nº 25489), vetado totalmente, de autoria do deputado Alberto Calvo. Cria, nas esferas administrativas da Secretaria da Saúde e da Secretaria da Administração

Penitenciária, o Programa Estadual de Saúde Carcerária, observando-se as disposições da Lei Complementar nº 791, de 1995 - Código Estadual de Saúde. Parecer nº 1479, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

98 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0076, de 2001, (Autógrafo nº 25069), vetado parcialmente, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Cria o Programa de Assistência e Recuperação aos Dependentes de Álcool. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

99 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 80, de 2001, (Autógrafo nº 27039), vetado totalmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza. Assegura a todos os cidadãos, independentemente do pagamento de taxa ou preço, a obtenção de certificação da autenticidade das cópias de documentos emitidos por repartição pública. Parecer nº 112, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

100 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 263, de 2001, (Autógrafo nº 27089), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Institui o Fundo Estadual de Moradias Populares - FUNEMP, vinculado à Secretaria de Estado da Habitação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

101 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 277, de 2001, (Autógrafo nº 26763), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Torna obrigatória a discriminação de todos os componentes utilizados na produção de ração ou compostos que possam servir para alimentação ou complemento alimentar de animais. Parecer nº 700, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28 § 6º da Constituição do Estado).

102 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 291, de 2001, (Autógrafo nº 26413), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Torna obrigatória a afixação de aviso ao público em locais que mantenham instaladas câmeras de filmagem para o monitoramento da circulação de pessoas. Parecer nº 2812, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

103 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 348, de 2001, (Autógrafo nº 26642), vetado totalmente, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Determina que os autos apreendidos pelos Ciretrans e DETRAN e, respeitadas a formalidades legais, não reclamados pelos seus proprietários, sejam

compactados e seus respectivos documentos extintos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

104 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0360, de 2001, (Autógrafo nº 25177), vetado totalmente, de autoria do deputado Arnaldo Jardim. Dispõe sobre a consignação, em folha de pagamento dos servidores públicos, de compromissos assumidos com organizações sindicais ou associações de classe constituídas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

105 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0392, de 2001, (Autógrafo nº 25111), vetado parcialmente, de autoria do deputado Campos Machado. Disciplina o registro e a fiscalização dos estabelecimentos denominados "Flats" e "Apart-Hotéis". Parecer nº 39, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

106 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0403, de 2001, (Autógrafo nº 25614), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Regulamenta a rotulagem das lâmpadas fluorescentes para comercialização no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

107 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0434, de 2001, (Autógrafo nº 25160), vetado totalmente, de autoria do deputado Claury Alves Silva. Torna obrigatória a impressão, nas embalagens de produtos destinados à comercialização, de tarjas em cor-padrão identificadoras do material que as compõem, para orientar e facilitar sua separação e destinação à coleta seletiva e reciclagem de lixo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

108 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0544, de 2001, (Autógrafo nº 25500), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Institui o "Programa de Incentivo ao Esporte". Parecer nº 65, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

109 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0747, de 2001, (Autógrafo nº 25649), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Dispõe sobre o tratamento isonômico, no sistema estadual de ensino, entre docentes portadores de diploma de licenciatura plena. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

110 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0756, de 2001, (Autógrafo nº 25458), vetado totalmente, de autoria do deputado Celino Cardoso. Exclui da Área de Proteção Ambiental, área territorial, no Município de Arujá.

(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

111 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0757, de 2001, (Autógrafo nº 25231), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 10705, de 2000, que dispõe sobre o "Imposto sobre Transmissão Causa Mortis" e "Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD". Parecer nº 134, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

112 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0766, de 2001, (Autógrafo nº 25162), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbieri. Altera a Tabela "C" anexa à Lei 7645 de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

113 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0774, de 2001, (Autógrafo nº 25483), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Braga. Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames de Emissões Otoacústicas no período neonatal, pelas maternidades, hospitais e demais estabelecimentos de saúde que prestam atendimento obstétrico no Estado. Parecer nº 1509, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. Parecer nº 1510, de 2002, de relator especial pela Comissão de Saúde, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

114 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0777, de 2001, (Autógrafo nº 25471), vetado totalmente, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Dispõe sobre procedimentos de identificação, através de pulseiras com números ou código de barras, em recém-nascidos e suas respectivas mães, no período em que estiverem nas maternidades e hospitais. Parecer nº 1489, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

115 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0783, de 2001, (Autógrafo nº 25763), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização, por edifícios e condomínios, de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos. Parecer nº 1997, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

116 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0801, de 2001, (Autógrafo nº 25740), vetado totalmente, de autoria do deputado Vanderlei Siraque. Altera dispositivos da Lei nº 9155, de 1995, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação trimestral de estatísticas criminais. Parecer nº 1996, de 2003, de

relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

117 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 834, de 2001, (Autógrafo nº 27559), vetado totalmente, de autoria da deputada Mariângela Duarte. Institui o Dia Estadual de Prevenção e Combate às Hepatites. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

118 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0056, de 2002, (Autógrafo nº 25391), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbieri. Autoriza as associações ou conjuntos de moradores a dotarem seus imóveis com sistema de segurança privada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

119 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 60, de 2002, (Autógrafo nº 26685), vetado totalmente, de autoria do deputado Celino Cardoso. Obriga a prestação de informações, junto à Secretaria de Segurança Pública, a respeito de locação de imóveis com prazo inferior a seis meses. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

120 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 61, de 2002, (Autógrafo nº 26770), vetado totalmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Dispõe sobre a criação de ZUPI-1 no Município de Mairiporã. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

121 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0062, de 2002, (Autógrafo nº 25473), vetado totalmente, de autoria do deputado Claury Alves Silva. Cria o "Programa Cidadania Ludicidade". Parecer nº 1490, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

122 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0085, de 2002, (Autógrafo nº 25398), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Acrescenta dispositivo à Lei nº 1172, de 1976, que delimita as áreas de proteção dos mananciais a que se refere o artigo 2º da Lei nº 898, de 1975, de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

123 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0103, de 2002, (Autógrafo nº 26149), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Estabelece vinculação dos recursos arrecadados pelo Fundo de Incentivo à Segurança Pública - FISP, na modernização da Polícia Científica. Parecer nº 143, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao

projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

124 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 155, de 2002, (Autógrafo nº 26454), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Fundo Especial de Despesa na Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Parecer nº 2794, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

125 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 175, de 2002, (Autógrafo nº 26764), vetado parcialmente, de autoria do deputado Celino Cardoso. Dispõe sobre a fixação, no vidro traseiro de auto-ônibus e utilitários usados no transporte urbano e suburbano de passageiros, de adesivo com a seguinte inscrição: DISQUE 800-156315 - DENUNCIE TODO ATO CRIMINOSO. Parecer nº 693, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28 § 6º da Constituição do Estado).

126 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0179, de 2002, (Autógrafo nº 25597), vetado totalmente, de autoria do deputado José Augusto. Institui convênio, entre o Estado e as Associações de Pais e Mestres, para a manutenção do sistema de segurança nas Unidades de Ensino. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

127 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 207, de 2002, (Autógrafo nº 27062), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dispõe sobre iluminação pública em trechos de rodovias estaduais dentro do perímetro urbano. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

128 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 298, de 2002, (Autógrafo nº 27475), vetado totalmente, de autoria do deputado Petterson Prado. Institui o "Dia do Trabalhador da Saúde". Parecer nº 1715, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

129 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 323, de 2002, (Autógrafo nº 26451), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Proíbe a fabricação, comercialização e utilização de colas que contenham solvente a base de tolueno. Parecer nº 2815, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

130 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 327, de 2002, (Autógrafo nº 26707), vetado totalmente, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Obriga o cadastro de todas as máquinas de terraplenagem, ar comprimido e

hidráulicas transportadas no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

131 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 391, de 2002, (Autógrafo nº 26621), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caraméz. Disciplina a prestação de serviços de reboque, resgate, guincho e remoção de veículos no Estado. Parecer nº 141, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

132 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0409, de 2002, (Autógrafo nº 25731), vetado totalmente, de autoria do deputado Renato Simões. Cria o "Conselho Estadual dos Povos Indígenas". Parecer nº 1820, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

133 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0428, de 2002, (Autógrafo nº 25630), vetado totalmente, de autoria do deputado Henrique Pacheco. Cria o "Programa Estadual de Complementação à Formação Docente". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

134 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0436, de 2002, (Autógrafo nº 25735), vetado parcialmente, de autoria do deputado Celino Cardoso. Altera o artigo 26 do Decreto-Lei 257, de 1970, assegurando aos servidores ativos e inativos do IAMSPE - Instituto de Assistência ao Servidor Público Estadual, o direito de inscrição como contribuintes facultativos, bem como o direito de inscrever seus beneficiários e agregados. Parecer nº 1857, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

135 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0494, de 2002, (Autógrafo nº 26150), vetado totalmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Obriga a instalação de estrutura plástica, com a mesma altura das pontes e dos viadutos instalados no Estado, antecedendo a aproximadamente 500 metros dos mesmos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

136 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 512, de 2002, (Autógrafo nº 26437), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a obrigatoriedade de adição de ácido fólico na farinha de trigo e na farinha de milho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

137 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0522, de 2002, (Autógrafo nº 25682), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a

denominação de "Halim Rahal" à via de acesso ao Município de Birigüi, localizada no Km 516, 234 da Rodovia SP - 300. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

138 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 595, de 2002, (Autógrafo nº 27083), vetado parcialmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame oftalmológico para o diagnóstico precoce de retinoblastoma nas maternidades públicas e estabelecimentos hospitalares congêneres no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

139 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 659, de 2002, (Autógrafo nº 28312), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Dispõe sobre a forma de apresentação e comercialização do álcool etílico hidratado, em todas as suas graduações, e do álcool etílico anidro. Pareceres nºs 1132 e 1133, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

140 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0708, de 2002, (Autógrafo nº 25577), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro, em face das disposições da Lei federal nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, que regula o § 2º do artigo 236 da Constituição Federal. Parecer nº 83, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

141 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0027, de 2003, (Autógrafo nº 25635), vetado totalmente, de autoria do deputado José Carlos Tonin. Passa a integrar a Rodovia Santos Dumont - SP 075, a Rodovia Ermênio de Oliveira Penteado - SP 075 que liga o aeroporto de Viracopos ao Município de Salto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

142 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0053, de 2003, (Autógrafo nº 25636), vetado parcialmente, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimento do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

143 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 139, de 2003, (Autógrafo nº 26423), vetado totalmente, de autoria do deputado Vicente Cândido. Dispõe sobre o funcionamento do comércio varejista aos domingos e feriados. Parecer nº 2970, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao

projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

144 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 164, de 2003, (Autógrafo nº 27042), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta prévia à CETESB para aprovação de empreendimentos imobiliários. Parecer nº 113, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

145 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 197, de 2003, (Autógrafo nº 27044), vetado totalmente, de autoria do deputado Orlando Morando. Torna facultativo o funcionamento do comércio em geral aos domingos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

146 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0217, de 2003, (Autógrafo nº 26002), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá denominação de "Doutor Hélio do Amaral Sampaio" ao viaduto existente na saída 520 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, acesso à Rodovia Gabriel Melhado - SP 461, sentido Birigüi - Buritama, em Birigüi. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

147 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0218, de 2003, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre alienação de imóveis localizados no Complexo Avenida Nações Unidas, Avenida Águas Espraiadas e Avenida Luiz Carlos Berrini, na Capital. Com 3 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

148 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0240, de 2003, (Autógrafo nº 25852), vetado totalmente, de autoria do deputado Mário Reali. Regulamenta a forma de realização das audiências públicas para elaboração e discussão dos planos plurianuais, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

149 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 262, de 2003, (Autógrafo nº 26708), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Acrescenta dispositivos à Lei nº 2574, de 1980, que estabelece normas para declaração de utilidade pública. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

150 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0280, de 2003, (Autógrafo nº 25821), vetado parcialmente, de autoria do deputado Ubiratan Guimarães. Altera dispositivos da Lei nº 2.248, de 1953, que dispõe sobre extinção e criação de medalhas na Força Pública do Estado. Parecer nº 87, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º

da Constituição do Estado).

151 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 302, de 2003, (Autógrafo nº 26709), vetado totalmente, de autoria do deputado Afonso Lobato. Disciplina o plantio de eucalipto no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

152 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0413, de 2003, (Autógrafo nº 25805), vetado totalmente, de autoria do deputado Italo Cardoso. Determina data para a realização das Semanas Internas de Prevenção aos Acidentes no Trabalho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

153 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 443, de 2003, (Autógrafo nº 26768), vetado totalmente, de autoria do deputado Vanderlei Siraque. Torna obrigatória a notificação às Câmaras Municipais e à Assembléia Legislativa, quando do repasse ou transferência de recursos públicos estaduais aos municípios. Parecer nº 702, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

154 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0444, de 2003, (Autógrafo nº 25886), vetado totalmente, de autoria do deputado Renato Simões. Institui a "Semana da Capoeira". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

155 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 473, de 2003, (Autógrafo nº 27244), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Proíbe o uso do tetracloroetileno. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

156 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 551, de 2003, (Autógrafo nº 27305), vetado totalmente, de autoria do deputado Afonso Lobato. Obriga a instalação de hidrômetros individuais para cada unidade domiciliar ou de consumo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

157 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0576, de 2003, (Autógrafo nº 25878), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahaõ. Obriga a inclusão de produtos definidos como orgânicos na merenda escolar das unidades de ensino fundamental da rede pública estadual e municipalizada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

158 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0578, de 2003, (Autógrafo nº 26069), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana Martins. Institui o registro público de toda a demanda populacional não atendida nos órgãos públicos do Poder Executivo. Parecer nº 1168, de 2004, de relator especial pela

Comissão de Justiça, favorável ao projeto.(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

159 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0644, de 2003, (Autógrafo nº 26083), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre medida a ser adotada por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado não-integrante da Administração Indireta estadual a quem tenha sido alienado, sem prévia licitação, bem público imóvel do Estado ou de entidade da Administração Indireta estadual ou outorgado o uso de tal bem. Parecer nº 1161, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

160 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 663, de 2003, (Autógrafo nº 26456), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre a criação de zonas de alerta Ambiental. Parecer nº 2829, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

161 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 667, de 2003, (Autógrafo nº 27350), vetado totalmente, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Acrescenta dispositivo ao artigo 1º da Lei n.º 2.481, de 1953, que dispõe sobre a instituição da taxa de pedágio a ser cobrada nas rodovias do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

162 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 694, de 2003, (Autógrafo nº 26443), vetado totalmente, de autoria do deputado Renato Simões. Assegura, às pessoas portadoras de deficiência auditiva, o direito de serem atendidas nas repartições públicas estaduais por meio da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Parecer nº 2971, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

163 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0710, de 2003, (Autógrafo nº 26312), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Ailton José de Almeida" ao Fórum da Comarca de Jaguariúna, naquele Município. Parecer nº 1050 de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

164 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 712, de 2003, (Autógrafo nº 26434), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Obriga a substituição gradativa de adesivos com solventes orgânicos, conhecidos pelas denominações "cola sintética" ou "cola de sapateiro" por outros à base de água,

até a sua total eliminação. Parecer nº 2843, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

165 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 765, de 2003, (Autógrafo nº 26745), vetado totalmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza. Determina que o Diário Oficial do Estado e demais publicações legislativas sejam pelo método Braille, na forma que especifica. Parecer nº 624, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

166 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0807, de 2003, (Autógrafo nº 26076), vetado totalmente, de autoria do deputado Giba Marson. Dispõe sobre a inclusão extracurricular de noções básicas de cidadania a serem ministradas nas escolas públicas estaduais. Parecer nº 1169, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

167 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 809, de 2003, (Autógrafo nº 28327), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Dispõe sobre a inclusão de aulas de capoeira, em caráter opcional, nas unidades escolares da rede pública estadual. Parecer nº 1207, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

168 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0848, de 2003, (Autógrafo nº 26248), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Institui o curso gratuito pré-vestibular nas universidades públicas do Estado de São Paulo. Parecer nº 144, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

169 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 853, de 2003, (Autógrafo nº 26690), vetado totalmente, de autoria do deputado Ubiratan Guimarães. Dispõe sobre o credenciamento de psicólogos e médicos para a realização de exames psicotécnicos em candidatos à habilitação de motoristas. Parecer nº 218, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

170 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0862, de 2003, (Autógrafo nº 26161), vetado parcialmente, de autoria do deputado Gilson de Souza. Cria o Prêmio "Parlamentar do Futuro". Parecer nº 67, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição

do Estado).

171 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 884, de 2003, (Autógrafo nº 27782), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Intitui o programa de Alimentação Diferenciada para Crianças e Adolescentes Diabéticos e Hipertensos na Rede Estadual de Ensino. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

172 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 888, de 2003, (Autógrafo nº 27329), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Torna obrigatória a exibição de filme publicitário, esclarecendo as conseqüências do uso de drogas, antes das sessões principais, nos cinemas do Estado. Parecer nº 1619, de 2006, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer nº 3151, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

173 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 898, de 2003, (Autógrafo nº 27032), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana Martins. Institui o programa "Pró-Mulher" de trabalho e qualificação da mão-de-obra feminina no Estado. Parecer nº 111, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

174 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 899, de 2003, (Autógrafo nº 27084), vetado totalmente, de autoria do deputado Italo Cardoso. Institui Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às pessoas com epilepsia no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

175 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0900, de 2003, (Autógrafo nº 25880), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Institui o "DISQUE-ECOLOGIA" na Secretaria do Meio Ambiente. Parecer nº 153, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

176 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0930, de 2003, (Autógrafo nº 26251), vetado totalmente, de autoria do deputado Vaz de Lima. Declara Área de Proteção Ambiental (APA) a Fazenda Piedade, localizada nos Municípios de Mirassol e São José do Rio Preto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

177 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0936, de 2003, (Autógrafo nº 26066), vetado totalmente, de autoria do deputado Waldir Agnello. Obriga os Hospitais-Maternidades do Estado a realizarem, gratuitamente, o exame

denominado Emissões Evocadas Otoacústicas, também conhecido como "teste da orelhinha". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

178 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 943, de 2003, (Autógrafo nº 28307), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui o selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego. Parecer nº 1033, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

179 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 984, de 2003, (Autógrafo nº 26417), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-Lei nº 145, de 1969. Parecer nº 2795, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

180 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 985, de 2003, (Autógrafo nº 26748), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Obriga o cadastro perante o Poder Público das empresas de informações reservadas ou confidenciais ou particulares, de que tratam a Lei Federal nº 3.099, de 24 de fevereiro de 1957 e o Decreto nº 50.532, de 3 de maio de 1961, bem como os escritórios de detetives particulares autônomos e as entidades que ministrem cursos de formação e treinamento desses profissionais. Parecer nº 557, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

181 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 996, de 2003, (Autógrafo nº 27045), vetado totalmente, de autoria do deputado Souza Santos. Dispõe sobre o fornecimento de cópia do boletim de ocorrência no momento do seu registro, devidamente validado pela autoridade policial competente. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

182 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1014, de 2003, (Autógrafo nº 26418), vetado totalmente, de autoria do deputado Waldir Agnello. Obriga os fabricantes de armas de brinquedos a afixarem em suas embalagens a seguinte mensagem: este produto estimula a violência e pode ser usado para o crime. Parecer nº 2691, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

183 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1016, de 2003, (Autógrafo nº 26077), vetado totalmente, de autoria do deputado Romeu Tuma. Assegura, aos usuários de serviços de telefonia, o direito à intimidade e à privacidade quanto ao recebimento de ligações de empresas prestadoras de serviço de

telemarketing. Parecer nº 1163, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

184 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1018, de 2003, (Autógrafo nº 26178), vetado totalmente, de autoria do deputado Said Mourad. Obriga a instalação de poços de monitoramento de aquíferos freáticos em locais destinados à implantação de Tanques de Armazenamento Subterrâneo contendo hidrocarboneto de Petróleo e álcool (TAS). Parecer nº 107, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

185 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1037, de 2003, (Autógrafo nº 26631), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Felício. Dispõe sobre o número máximo de alunos em sala de aula da rede pública e oficial de ensino do Estado. Parecer nº 145, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

186 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1041, de 2003, (Autógrafo nº 25898), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Mantém a alíquota de 18% (dezoito por cento) do ICMS, nas operações internas, até 31 de dezembro de 2004. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

187 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1086, de 2003, (Autógrafo nº 27669), vetado totalmente, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Coíbe o uso não racionalizado da água potável. Parecer nº 2793, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

188 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1114, de 2003, (Autógrafo nº 26032), vetado totalmente, de autoria do deputado Ubiratan Guimarães. Dá a denominação de "Cel PM Cid Benedito Marques" à Corregedoria de Polícia Militar do Estado de São Paulo. Pareceres nºs 995 e 996, de 2004, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Segurança Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

189 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1135, de 2003, (Autógrafo nº 26486), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Proíbe a suspensão da prestação dos serviços de telefonia fixa para as ligações destinadas aos serviços públicos emergenciais. Parecer nº 2972, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

190 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1141, de 2003, (Autógrafo nº 26050), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP.(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

191 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1148, de 2003, (Autógrafo nº 26452), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Estabelece normas para a destinação final de garrafas plásticas de refrigerantes. Parecer nº 2886, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

192 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1152, de 2003, (Autógrafo nº 26446), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dispõe sobre o repovoamento dos rios. Parecer nº 2818, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

193 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1186, de 2003, (Autógrafo nº 28321), vetado totalmente, de autoria do deputado Waldir Agnello. Cria o "Disque Conselho Tutelar". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

194 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1206, de 2003, (Autógrafo nº 26483), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Lopes. Estabelece condição para a fabricação, distribuição e comercialização de bebidas alcoólicas. Parecer nº 2974, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

195 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1209, de 2003, (Autógrafo nº 28462), vetado totalmente, de autoria do deputado Vicente Cândido. Isenta os municípios paulistas do pagamento de ICMS na aquisição de bens destinados a compor o patrimônio municipal ou na prestação de serviços públicos pró-comunidade. (Artigo 28, §6º, da Constituição do Estado).

196 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1225, de 2003, (Autógrafo nº 26447), vetado totalmente, de autoria do deputado Italo Cardoso. Cria a "Cédula de Identificação do Produtor Rural". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

197 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1232, de 2003, (Autógrafo nº 26571), vetado parcialmente, de autoria dos deputados Nivaldo Santana e Ana Martins. Institui o "Dia do Samba". (Artigo 28, § 6º da Constituição do

Estado).

198 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1234, de 2003, (Autógrafo nº 25962), vetado parcialmente, de autoria do deputado Sebastião Arcanjo. Institui a "Semana da Energia e Cidadania". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

199 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1240, de 2003, (Autógrafo nº 27349), vetado totalmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Destina 15% (quinze por cento) do produto de arrecadação das multas de trânsito aplicadas às Santas Casas de Misericórdia. Parecer nº 3152, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

200 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1324, de 2003, (Autógrafo nº 27798), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Cria o Programa de Financiamento, através de linha de crédito especial, a agricultores familiares e pequenos produtores rurais, para o desenvolvimento da produção de produtos orgânicos. Parecer nº 3329, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

201 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0003, de 2004, (Autógrafo nº 26189), vetado parcialmente, de autoria do deputado Afonso Lobato e outros. Cria a "Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Álcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-açúcar". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

202 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 17, de 2004, (Autógrafo nº 27306), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Institui o Projeto "Deus na Escola" na rede pública estadual de ensino fundamental. Parecer nº 3042, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

203 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 18, de 2004, (Autógrafo nº 27706), vetado totalmente, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Obriga a entrega, ou o envio, de formulário de interposição do recurso cabível, em anexo à Notificação da Autuação ou à Notificação da Penalidade por cometimento de infração de trânsito. Parecer nº 3039, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

204 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0024, de 2004, (Autógrafo nº 26072), vetado totalmente, de autoria do deputado Jonas Donizette. Altera dispositivo da Lei nº 10.335, de 1999, que dispõe sobre a prestação de serviço voluntário. Parecer nº 1156, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

205 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0027, de 2004, de autoria do deputado Jonas Donizette. Obriga as empresas engarrafadoras que utilizem vasilhames de matéria plástica, à coleta e à destinação final das mesmas após o consumo do seu conteúdo. Pareceres nºs 753 e 754, de 2005, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Meio Ambiente, favoráveis. Parecer nº 755, de 2005, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável, com emenda.

206 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 36, de 2004, (Autógrafo nº 26487), vetado totalmente, de autoria do deputado Orlando Morando. Proíbe às pessoas jurídicas o descarte de produto, subproduto ou resíduo, que contenha óleo mineral ou vegetal, no meio ambiente natural ou, ainda, direta ou indiretamente junto à rede de esgoto. Parecer nº 2979, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

207 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 76, de 2004, (Autógrafo nº 26716), vetado parcialmente, de autoria do deputado Said Mourad. Obriga a colocação de placas informativas dos valores do couvert artístico e do ingresso nas casas noturnas que explorem música ao vivo ou eletrônica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

208 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0079, de 2004, (Autógrafo nº 26080), vetado parcialmente, de autoria do deputado Emidio de Souza. Assegura a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados para as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

209 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 137, de 2004, (Autógrafo nº 26683), vetado totalmente, de autoria do deputado Adilson Barroso. Obriga os veículos, de quatro toneladas ou mais, e ônibus de todas as categorias a usarem escapamento com saída de gases em sentido vertical, acima da cabine do motorista. Parecer nº 142, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

210 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 155, de 2004, (Autógrafo nº 26717), vetado totalmente, de autoria dos deputados Nivaldo Santana e Ana Martins. Altera o § 1º do artigo 4º da Lei n.º 119, de 29 de 1973, que autoriza a constituição de uma sociedade por ações sob a denominação de Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. Parecer nº 547, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

211 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 158, de 2004, (Autógrafo nº 26718), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Institui o "Programa de Auxílio Financeiro ao Estudante do Ensino Superior no Estado de São Paulo - (PAFEES)". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

212 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0165, de 2004, (Autógrafo nº 26250), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Felício. Dispõe sobre a merenda escolar servida nas escolas públicas do Estado. Parecer nº 111, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

213 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 176, de 2004, (Autógrafo nº 26425), vetado totalmente, de autoria do deputado Romeu Tuma. Obriga os estabelecimentos, que comercializam alimentos, a afixarem, em lugar de fácil visualização, aviso que determinados produtos, oferecidos em promoção, só estão com desconto em virtude da proximidade do vencimento do prazo de validade para o seu consumo. Parecer nº 2830, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

214 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0190, de 2004, (Autógrafo nº 26192), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Alves. Obriga o responsável técnico por qualquer obra de construção civil, em área urbana dos municípios da Grande São Paulo, cuja distribuição de água tratada esteja sob a responsabilidade da SABESP, a comunicar a esta e à prefeitura local a ocorrência de drenagem de água de lençol freático em razão de escavações de quaisquer tipos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

215 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0205, de 2004, (Autógrafo nº 26320), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "Nelson Sebastião Bombarda" à passarela localizada no Km 80 da SP - 255, Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, em Araraquara. Parecer nº 1247, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

216 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 210, de 2004, (Autógrafo nº 27063), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Obriga a instalação de placas educativas pelas concessionárias das rodovias estaduais em suas margens, para a prevenção de acidentes de trânsito. Parecer nº 133, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

217 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 214, de 2004, (Autógrafo nº 26426), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Sergio. Institui o direito à assistência judiciária gratuita aos maiores de sessenta anos de idade, bem como a prioridade no atendimento. Parecer nº 2814, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

218 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 218, de 2004, (Autógrafo nº 27268), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilson de Souza. Inclui no currículo escolar a matéria "Meio Ambiente e Ecologia". Parecer nº 3045, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

219 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 233, de 2004, (Autógrafo nº 27074), vetado totalmente, de autoria do deputado Fausto Figueira. Institui a Política de Saúde no Trabalho para o servidor público do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

220 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 242, de 2004, (Autógrafo nº 27235), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcelo Candido. Dispõe sobre a destinação de pneumáticos inservíveis à produção de pavimentação asfáltica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

221 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 334, de 2004, (Autógrafo nº 27602), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Institui o "Programa Permanente do Transplante de Medula Óssea - PROMEDULA". Parecer nº 2209, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

222 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 354, de 2004, (Autógrafo nº 26400), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Dá a denominação de "Professora Terezinha Aparecida Silva Garcia" à Escola Estadual Vila Santa Maria, em São José da Bela Vista. Parecer nº 2713, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo

28, § 6º da Constituição do Estado).

223 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 377, de 2004, (Autógrafo nº 26402), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Dá a denominação de "Dr. Paulo Costa" ao Centro de Saúde de Palmeira D'Oeste, naquele Município. Parecer nº 2700, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

224 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 386, de 2004, (Autógrafo nº 28554), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Obriga o registro, nos órgãos próprios do Poder Executivo, de toda Organização não Governamental - ONG, com sede ou atuação no território do Estado de São Paulo. Parecer nº 2097, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

225 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0389, de 2004, (Autógrafo nº 26327), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caraméz. Dá a denominação de "Dr. Miguel Bello" ao Centro de Atenção Integral à Saúde de Santa Rita - CAIS - SR, em Santa Rita do Passa Quatro. Parecer nº 1248, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

226 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0435, de 2004, (Autógrafo nº 26165), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcelo Candido. Veda a produção, comercialização ou a utilização de captadores iônico-radioativos em sistemas de proteção contra descargas atmosféricas instalados em estruturas de edificações públicas, comerciais, industriais, agrícolas ou residenciais. Parecer nº 114, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

227 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 451, de 2004, (Autógrafo nº 27071), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Altera a redação de dispositivo da Lei nº 6.374, de 1989, que instituiu o ICMS, a fim de conceder isenção tributária para veículo automotor, adquirido, diretamente ou por intermédio de representante legal, para uso de portadores de deficiência física, visual, mental, severa ou profunda, e autistas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

228 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 506, de 2004, (Autógrafo nº 26753), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Altera dispositivo da Lei nº 6.606, de 1989, a fim de estabelecer alíquota do IPVA

para veículos automotores movidos, alternadamente, por mais de um tipo de combustível ("flexpower"), exceto diesel. Parecer nº 626, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

229 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 542, de 2004, (Autógrafo nº 26727), vetado totalmente, de autoria do deputado Souza Santos. Obriga os estabelecimentos comerciais a disponibilizarem, para consulta, o Código de Defesa dos Direitos do Consumidor. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

230 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 548, de 2004, (Autógrafo nº 28802), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Regulamenta o serviço de transporte coletivo intermunicipal de passageiros sob regime de fretamento. Pareceres nºs 610 e 611, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

231 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 593, de 2004, (Autógrafo nº 27278), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Obriga os proprietários rurais a implantarem aceiros nas divisas de seus imóveis. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

232 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 597, de 2004, (Autógrafo nº 28322), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Felício. Obriga a realização de concurso público para provimento de cargos e empregos públicos quando o percentual de vagas for igual a 5% (cinco por cento). Parecer nº 1173, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

233 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 619, de 2004, (Autógrafo nº 26377), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Sargento Odair Antonio Benelli" à 3ª Companhia da Polícia Militar de Cândido Mota, naquele Município. Parecer nº 2699, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

234 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 629, de 2004, (Autógrafo nº 27051), vetado totalmente, de autoria do deputado Italo Cardoso. Cria o Programa de Apoio aos Portadores de Psoríase. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

235 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0630, de 2004, (Autógrafo nº 26166), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a extinguir a Faculdade de Engenharia Química de Lorena - FAENQUIL. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

236 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 650, de 2004, (Autógrafo nº 26479), vetado totalmente, de autoria do deputado Ricardo Castilho. Proíbe as locadoras de veículos de utilizarem veículos licenciados em outros estados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

237 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 672, de 2004, (Autógrafo nº 26505), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Dr. Amadeu Vieira Guerra" ao acesso situado no km 268,850 da Rodovia SP-340, em Cajuru. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

238 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0679, de 2004, (Autógrafo nº 26186), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Obriga os estabelecimentos de atendimento médico-hospitalar a comunicarem o nascimento de criança com deficiência visual à Secretaria de Saúde. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

239 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 684, de 2004, (Autógrafo nº 26382), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Dá a denominação de "Dr. Luiz Padilha de Oliveira" ao Centro de Saúde II de Pompéia, naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

240 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 715, de 2004, (Autógrafo nº 26626), vetado totalmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza. Acrescenta parágrafos ao artigo 5º, da Lei nº 7862, de 1992, que estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para transferência e aplicação de seus recursos. Parecer nº 135, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

241 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 723, de 2004, (Autógrafo nº 26633), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Obriga a compatibilização da jornada de atividade em estágio, a ser cumprida pelo estudante, com o seu horário escolar. Parecer nº 90, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

242 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 733, de 2004, (Autógrafo nº 28395), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Museu Estadual da Cultura e das Tradições do Negro". Pareceres nºs 1670 e 1671, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pela Comissão de Justiça e de Cultura, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

243 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 739, de 2004, (Autógrafo nº 26756), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 119, de 1973, que autorizou a constituição de uma sociedade por ações sob a denominação de Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Parecer nº 662, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

244 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 768, de 2004, (Autógrafo nº 26549), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Dá a denominação de "Vereador Armando Maran" ao Centro de Saúde III de Quintana, naquele Município. Parecer nº 3030, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

245 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 769, de 2004, (Autógrafo nº 26408), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Dá a denominação de "Eustáquio Pereira da Silva" ao Centro de Saúde III de Álvaro de Carvalho, naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

246 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 791, de 2004, (Autógrafo nº 28309), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahnão. Cria a "Política de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama". Pareceres nºs 1134 e 1135, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

247 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 792, de 2004, (Autógrafo nº 27695), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Cria o "Programa de Atendimento e Apoio às Donas de Casa e Empregados Domésticos - PADEC", na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Parecer nº 3037, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

248 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 798, de 2004, (Autógrafo nº 26525), vetado totalmente, de autoria do deputado Mário Reali. Dá a denominação de "Prof. Dr. José de Filippi" ao Centro de Saúde II - em Espírito Santo do Pinhal, naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

249 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 55, de 2005, (Autógrafo nº 27033), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Arcanjo. Disciplina a inscrição de atletas para a participação dos Jogos Abertos da Juventude, dos Jogos Regionais e dos Jogos Abertos do Interior. Parecer nº 118, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

250 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 56, de 2005, (Autógrafo nº 26558), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dá a denominação de "Mariinha F. Consonni" ao trevo de entrocamento da Rodovia José Fregonesi - SP 328, com a Rodovia Antonio Machado Sant'Anna - SP 255, entre os Kms. 13 e 14, em Campinas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

251 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 59, de 2005, (Autógrafo nº 27040), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Sergio. Autoriza o Estado a destinar áreas, de sua propriedade, para a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

252 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 64, de 2005, (Autógrafo nº 27387), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Obriga a discriminação, em local visível para o consumidor, da porcentagem do preço dos produtos e serviços, paga a título de impostos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

253 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 66, de 2005, (Autógrafo nº 26742), vetado totalmente, de autoria do deputado Jonas Donizette. Obriga as instituições financeiras a instalarem câmaras de vídeo com sistema de gravação remoto nos locais onde ocorra movimentação financeira em papel moeda. Parecer nº 546, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

254 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 67, de 2005, (Autógrafo nº 26638), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilson de Souza. Obriga as instituições bancárias a instalarem bebedouros e sanitários nos locais de

atendimento ao público. Parecer nº 92, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

255 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 69, de 2005, (Autógrafo nº 27827), vetado totalmente, de autoria do deputado Jonas Donizette. Autoriza o representante da Fazenda Pública do Estado a aprovar em Assembléia Geral do Banco Nossa Caixa S/A a instituição do Programa de Crédito a Cooperativas de Trabalhadores em Coleta Seletiva e do Programa de Micro-Crédito a Trabalhadores Coletores de Materiais Recicláveis. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

256 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 77, de 2005, (Autógrafo nº 26775), vetado parcialmente, de autoria do deputado Paulo Sergio. Cria a campanha continuada estadual de repúdio aos crimes de violência praticados contra a mulher. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

257 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 80, de 2005, (Autógrafo nº 27064), vetado totalmente, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Cria o Programa Multidisciplinar para Tratamento da Anorexia. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

258 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 148, de 2005, (Autógrafo nº 27065), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Estabelece normas e diretrizes para o turismo de aventura. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

259 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 161, de 2005, (Autógrafo nº 27228), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Estipula punição específica para a comercialização de solvente como gasolina automotiva. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

260 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 178, de 2005, (Autógrafo nº 27736), vetado parcialmente, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Obriga os hospitais públicos e os privados conveniados ao Sistema Único de Saúde a informarem sobre o direito de acompanhante à parturiente. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

261 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 216, de 2005, (Autógrafo nº 27691), vetado parcialmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Obriga os fornecedores de produtos e empresas que utilizam os serviços telefônicos ou eletrônicos de atendimento ao cliente, a informarem, ao usuário, o tempo

estimado de espera da ligação. Parecer nº 3071, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

262 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 243, de 2005, (Autógrafo nº 28328), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Obriga as empresas de segurança particular a disponibilizarem coletes à prova de balas aos seus agentes. Parecer nº 1212, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

263 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 248, de 2005, (Autógrafo nº 26730), vetado totalmente, de autoria do deputado Waldir Agnello. Obriga a impressão, na Carteira Nacional de Habilitação, do tipo sanguíneo do titular. Parecer nº 540, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

264 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 264, de 2005, (Autógrafo nº 27237), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Cria o "Programa Estadual de Difusão e Aprendizagem do Xadrez - PAX". Parecer nº 1809, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

265 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 269, de 2005, (Autógrafo nº 26639), vetado parcialmente, de autoria do deputado Arnaldo Jardim e outros. Institui a Política Estadual do Cooperativismo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

266 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 272, de 2005, (Autógrafo nº 27279), vetado totalmente, de autoria do deputado Jonas Donizette. Institui devolução proporcional do IPVA pago relativo a veículo furtado ou roubado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

267 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 282, de 2005, (Autógrafo nº 26535), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Declara de utilidade pública a Associação Espírita de Americana - AEA, naquele Município. Parecer nº 2997, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

268 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 306, de 2005, (Autógrafo nº 27013), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sáhão. Determina o fechamento de estabelecimentos e instituições que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes. Parecer

nº 80, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

269 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 311, de 2005, (Autógrafo nº 27053), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Obriga os servidores ocupantes de cargos em comissão ou de livre provimento, que especifica, a fazerem declaração pública e circunstanciada de seus bens, por ocasião de suas nomeações e exonerações. Parecer nº 116, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

270 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 312, de 2005, (Autógrafo nº 27795), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Isenta do pagamento de pedágio os veículos automotores de propriedade de pessoas portadoras de deficiência ou de seus responsáveis legais em rodovias estaduais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

271 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 316, de 2005, (Autógrafo nº 26760), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos da Lei nº 6.374 de 1989, que dispõe sobre a instituição do ICMS, especialmente no que se refere à inscrição estadual e às penalidades relativas ao uso de programa aplicativo em desacordo com a legislação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

272 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 326, de 2005, (Autógrafo nº 26773), vetado parcialmente, de autoria do deputado Arnaldo Jardim e outros. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

273 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 345, de 2005, (Autógrafo nº 27531), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Institui o Disque-Denúncia para apurar denúncias de adulteração de combustível. Parecer nº 1908, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

274 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 348, de 2005, (Autógrafo nº 27093), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Lopes e outros. Cassa a licença de funcionamento de farmácias de manipulação, nas hipóteses que especifica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

275 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 368, de 2005, (Autógrafo nº 28358), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Estabelece

diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas. Pareceres nºs 1422 e 1423, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Meio Ambiente, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

276 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 379, de 2005, (Autógrafo nº 26961), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Lopes. Dá a denominação de "Benedicta Ramos Caruso" à Estação de Trem Metropolitano Cidade Dutra, na Capital (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

277 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 384, de 2005, (Autógrafo nº 27786), vetado totalmente, de autoria do deputado Celino Cardoso. Estabelece procedimento para infrações de trânsito com veículos de outros Estados. Parecer nº 3330, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

278 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 389, de 2005, (Autógrafo nº 27390), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Altera redação do inciso V do artigo 9º da Lei nº 6.606, de 1989, que dispõe sobre o IPVA. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

279 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 434, de 2005, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a constituição de Sociedade de Propósito Específico (SPE), a fim de assumir débitos tributários e não-tributários, mediante o recebimento simultâneo de créditos representados por precatórios. Com 8 emendas. Parecer nº 2205, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto com substitutivo e contrário às emendas. Parecer nº 2206, de 2005, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, contrário às emendas e ao substitutivo. (Artigo 26 da Constituição do Estado)

280 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 469, de 2005, (Autógrafo nº 27086), vetado totalmente, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Estabelece normas para os serviços de manobra, estacionamento e guarda de veículos, denominados "Valet Service" em estabelecimentos de qualquer natureza. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

281 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 495, de 2005, (Autógrafo nº 27310), vetado totalmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a constituir servidão de passagem em favor da Gás Natural São Paulo Sul S.A., em imóvel situado no Município de Tatuí. Parecer nº 3057, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto.

(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

282 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 517, de 2005, (Autógrafo nº 27073), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Estabelece norma de segurança ao Consumidor, no atendimento em caixas, guichês e assemelhados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

283 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 567, de 2005, (Autógrafo nº 26751), vetado totalmente, de autoria do deputado Italo Cardoso. Institui o "Cadastro Obrigatório Estadual das Fontes Geradoras de Radioatividade e Afins". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

284 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 606, de 2005, (Autógrafo nº 27054), vetado totalmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a criação de ônibus bibliotecas no Estado. Parecer nº 119, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

285 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 634, de 2005, (Autógrafo nº 28330), vetado parcialmente, de autoria do deputado Campos Machado. Institui a Semana Grande Otelo - Talento Brasileiro. Parecer nº 1208, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

286 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 700, de 2005, (Autógrafo nº 26774), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2006. Parecer nº 517, de 2006, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

287 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 727, de 2005, (Autógrafo nº 27246), vetado totalmente, de autoria do deputado Vicente Cândido e outros. Autoriza a constituição da Agência de Fomento do Estado de São Paulo e disciplina seu funcionamento. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

288 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 746, de 2005, (Autógrafo nº 27028), vetado totalmente, de autoria da Mesa. Disciplina a criação dos Setores de Conciliação para as Varas Cíveis e de Família, em fase processual ou extraprocessual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

289 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 750, de 2005, (Autógrafo nº 26739), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary.

Obriga a inclusão da vacina contra a varicela no Calendário de Vacinação do Estado. Parecer nº 556, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário o projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

290 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 770, de 2005, (Autógrafo nº 26757), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui o "Programa de Ação Cultural - PAC". Parecer nº 518, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto em relação ao artigo 12 e, contrário ao projeto, quanto às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

291 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 782, de 2005, (Autógrafo nº 27241), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Regulamenta a constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, assim como, nos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Parecer nº 1813, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

292 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 785, de 2005, (Autógrafo nº 27225), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Deputado Guilherme Gianetti" à Estação Metro-Ferrovária de Guainases, na Capital. Pareceres nºs 1807 e 1808, de 2007, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

293 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 816, de 2005, (Autógrafo nº 27067), vetado totalmente, de autoria do deputado Giba Marson. Obriga a apresentação prévia e condicional de laudo de impactos sócio-econômico e de vizinhança para a concessão de licença estadual destinada à operação de grandes empreendimentos do comércio, tais como hipermercados, supermercados, centros comerciais, lojas de departamentos e similares. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

294 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 857, de 2005, (Autógrafo nº 27034), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Moraes. Assegura aos portadores de diabetes o acesso gratuito a dispositivos de verificação instantânea da glicemia. Parecer nº 115, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

295 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 869, de 2005, (Autógrafo nº 27076), vetado totalmente, de autoria do deputado Vicente Cândido e outros. Autoriza a criação do "Fundo Estadual do Esporte e Lazer" e disciplina seu funcionamento. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

296 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 874, de 2005, (Autógrafo nº 26923), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Dá a denominação de "Professora Marilze Calil" à Escola Estadual Cidade Nova III, em Itú. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

297 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 897, de 2005, (Autógrafo nº 27783), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caraméz. Proíbe a comercialização de lentes oftálmicas e de contato, óculos com grau e de sol por ambulantes ou estabelecimentos não credenciados devidamente para tal finalidade. Parecer nº 3331, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

298 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 904, de 2005, (Autógrafo nº 27103), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Dá a denominação de "Professora Maria Cristina Castanho Mendes Pereira" à Escola Estadual Bairro Rancho Grande, em Itu. Parecer nº 402, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

299 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 5, de 2006, (Autógrafo nº 27055), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Institui o "Protocolo de Cadastro, Atendimento e Seguintos na Área de Saúde à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais - PPNE". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

300 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 37, de 2006, (Autógrafo nº 27758), vetado totalmente, de autoria do deputado Giba Marson. Institui o "Dia do Cliente". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

301 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 45, de 2006, (Autógrafo nº 27799), vetado totalmente, de autoria do deputado Vicente Cândido. Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.374, de 1989, que institui o ICMS, a fim de reduzir a alíquota incidente nas operações internas com querosene de aviação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

302 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 53, de 2006, (Autógrafo nº 27058), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Proíbe a instalação de estabelecimento educacional, destinado à internação de adolescentes por prática de ato infracional, nas estâncias hidrominerais, climáticas e turísticas do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

303 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 64, de 2006, (Autógrafo nº 27645), vetado totalmente, de autoria do deputado Vanderlei Macris. Dá a denominação de "Jardim Helena/Vila Mara" à estação da linha "F", da Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos - CPTM, localizada no cruzamento com a Rua São Gonçalo do Rio das Pedras, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

304 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 77, de 2006, (Autógrafo nº 26871), vetado parcialmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza e outros. Revoga os decretos-leis que especifica, compreendidos entre 1938 e 1947. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

305 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 108, de 2006, (Autógrafo nº 26852), vetado totalmente, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Lei 8.876, de 1994, que dispõe sobre o Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

306 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 133, de 2006, (Autógrafo nº 27921), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Assegura o apostilamento de Títulos de Praças da Polícia Militar do Estado no posto de 2º Tenente PM, nas condições que especifica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

307 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 154, de 2006, (Autógrafo nº 27068), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Arcanjo. Institui a Campanha Anual de Combate às Discriminações no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

308 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 155, de 2006, (Autógrafo nº 28536), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Obriga os fabricantes de produtos transgênicos a informarem nos rótulos a sua procedência e classificação. Parecer nº 2155, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

309 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 156, de 2006, (Autógrafo nº 27136), vetado totalmente, de autoria do deputado Romeu Tuma. Dá a denominação de "Estação Bresser-Mooça" à Estação Bresser da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

310 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 173, de 2006, (Autógrafo nº 28753), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Flávio. Institui o "Programa Estadual de Prevenção e Tratamento das Hepatites Virais", na Capital. Parecer nº 170, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

311 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 177, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 6374, de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Com 2 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

312 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 196, de 2006, (Autógrafo nº 27685), vetado parcialmente, de autoria dos deputados Ana Martins e Nivaldo Santana. Institui o "Dia Estadual de Luta Contra o Assédio Moral nas Relações de Trabalho". Parecer nº 3038, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

313 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 224, de 2006, (Autógrafo nº 26900), vetado parcialmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza e outros. Revoga as leis que especifica, compreendidas entre os anos de 1947 a 1952. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

314 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 225, de 2006, (Autógrafo nº 26908), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

315 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 227, de 2006, (Autógrafo nº 27673), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Almeida. Cria o Programa Estadual de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas e Privadas, simbolizado pela sigla PURAE. Parecer nº 2789, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

316 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 232, de 2006, (Autógrafo nº 27110), vetado totalmente, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dá a denominação de "Engenheiro Pedro Ricardo Frissina Blassioli" à Rodovia SP - 43, em Mogi das Cruzes. Parecer nº 405, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

317 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 241, de 2006, (Autógrafo nº 26882), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alocar recursos financeiros ao "Programa Luz para Todos". Parecer nº 1369, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

318 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 252, de 2006, (Autógrafo nº 27060), vetado totalmente, de autoria do deputado Conte Lopes. Obriga aos sequestradores o cumprimento da pena em presídio de segurança máxima. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

319 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 275, de 2006, (Autógrafo nº 26883), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 10.332, de 1999, que dispõe sobre o Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

320 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 279, de 2006, (Autógrafo nº 27251), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. (Autógrafo nº 27251) Estabelece regras para as relações de consumo nos serviços de colocação profissional no mercado de trabalho, de assessoria e consultoria em recursos humanos e similares, para coibir oferta enganosa e prática abusiva no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

321 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 294, de 2006, (Autógrafo nº 27242), vetado totalmente, de autoria do deputado Mário Reali. Estabelece normas e procedimentos às empresas contratadas pelo Poder Público para a execução de obras e serviços públicos. Parecer nº 1810, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

322 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 296, de 2006, (Autógrafo nº 28317), vetado parcialmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Obriga as agências bancárias estabelecidas no Estado a alterar a qualidade do papel de impressão, emitidos em seus caixas eletrônicos e a conter as especificações do

documento para serem utilizadas como comprovante de pagamento. Parecer nº 1174, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

323 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 310, de 2006, (Autógrafo nº 27558), vetado totalmente, de autoria do deputado Waldir Agnello. Cria o Programa Estadual de Incentivo à Doação de Tecidos Músculo-Esqueléticos, denominado Programa de Doação de Ossos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

324 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 311, de 2006, (Autógrafo nº 27144), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahão. Dá a denominação de "Pedro Frare Neto" ao viaduto localizado no Km 340 da Rodovia Washington Luiz - SP 310, trevo de acesso à cidade de Cândido Rodrigues. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

325 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 315, de 2006, (Autógrafo nº 27703), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Professora Lúcia Marini de Paula" à Escola Estadual "Professora Carmela Chiara Ginefra", em Monte Mor. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

326 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 319, de 2006, (Autógrafo nº 28298), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Obriga a inclusão de telefone e endereço da Fundação de Proteção ao Consumidor - Procon - SP, nos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais. Parecer nº , de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. Parecer nº 1076, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

327 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 391, de 2006, (Autógrafo nº 27125), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "José Francisco Júnior - Zé do Skinão" ao prédio onde se encontra instalado o POUPATEMPO, em Bauru. Pareceres nºs 411 e 412, de 2007, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

328 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 396, de 2006, (Autógrafo nº 27126), vetado totalmente, de autoria do deputado Arnaldo Jardim. Dá a denominação de "Pasquale Fiorino" ao Contorno Rodoviário de acesso a Jaú,

na confluência das Rodovias SP-225 e SP-255, em Jaú. Parecer nº 413, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

329 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 463, de 2006, (Autógrafo nº 27737), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Autoriza o Poder Executivo a conceder abatimento no Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), até o montante dos valores pagos pelo contribuinte a pedágios administrados pelo Estado de São Paulo, diretamente ou por meio de concessão. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

330 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 489, de 2006, (Autógrafo nº 28310), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Cria o Programa Estadual de Saúde do Pé Diabético. Parecer nº 1136, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

331 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 501, de 2006, (Autógrafo nº 26887), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a dispensa de juros e multas relacionados com débitos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas condições que especifica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

332 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 550, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP a alienar, mediante doação, à Fazenda do Estado, dois imóveis contíguos, de sua propriedade, situados no Município de Barueri. Com emenda. Pareceres nºs 1218 e 1219, de 2007, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto e contrário à emenda.

333 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 566, de 2006, (Autógrafo nº 28334), de autoria do deputado Aldo Demarchi. Estabelece normas para as empresas prestadoras de serviços e de venda de produtos que operam através de telefonia, o chamado telemarketing. Parecer nº 1279, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável a projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

334 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 611, de 2006, (Autógrafo nº 27057), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Institui limite máximo de tempo de atendimento em filas nos postos de saúdes, ambulatorios, unidades hospitalares e demais órgãos de saúde do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

335 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 632, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Revoga o item 3 do §1º do artigo 34 da Lei nº 6.374, 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Com emenda. Parecer nº 1512, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao Projeto e à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado). (Com pedido de retirada).

336 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 640, de 2006, (Autógrafo nº 28348), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Morais. Concede isenção do pagamento de tarifa no sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal, aos portadores de Fibrose Cística. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

337 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 663, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a redução de débito decorrente de penalidade pecuniária por descumprimento de obrigações acessórias referentes ao ICM e ao ICMS. Com emenda. Parecer nº 1608, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

338 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 694, de 2006, (Autógrafo nº 27009), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a denominação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM-SP para "Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

339 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 715, de 2006, (Autógrafo nº 27238), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana do Carmo. Obriga a reserva de espaço, no interior dos ônibus intermunicipais e nos boletos e extratos das concessionárias, para a afixação de cartazes, fotos e contatos sobre aviso de pessoas desaparecidas. Parecer nº 1811, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

340 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 740, de 2006, (Autógrafo nº 27226), vetado parcialmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza e outros. Revoga as leis que especifica, compreendida entre 1973 e 2002. Parecer nº 1731, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

341 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 73, de 2007, (Autógrafo nº 28323), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Veda às concessionárias e permissionárias de serviço público de energia elétrica, a interrupção do fornecimento do serviço, motivado por inadimplência do usuário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

342 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 89, de 2007, (Autógrafo nº 27383), vetado totalmente, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Autoriza aos proprietários rurais o plantio de seringueiras, nas condições que especifica o artigo 2º, do Decreto nº 50.889, de 2006. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

343 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 117, de 2007, (Autógrafo nº 27357), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Moraes. Institui a "Semana Estadual de Educação e Conscientização sobre as Doenças Respiratórias". Parecer nº 3387, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

344 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 123, de 2007, (Autógrafo nº 27779), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS o fornecimento de energia elétrica para consumo residencial de até 220 kwh para os consumidores que recebam a subvenção da tarifa social de baixa renda. Parecer nº 3041, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

345 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 178, de 2007, (Autógrafo nº 27688), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera artigos da Lei 10858, de 2001, assegurando aos professores o pagamento de 50% do valor do ingresso em casas de diversões, praças desportivas e similares. Parecer nº 3040, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

346 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 207, de 2007, (Autógrafo nº 27286), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Altera a

redação do artigo 5º da Lei nº 10.403, de 1971, que Reorganiza o Conselho Estadual de Educação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

347 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 211, de 2007, (Autógrafo nº 27239), vetado totalmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Determina aos órgãos da Administração Estadual direta e indireta, a utilizarem embalagens plásticas oxi-biodegradáveis - OBPs, para o acondicionamento de produtos, mercadorias em geral e lixo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

348 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 213, de 2007, (Autógrafo nº 27697), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana do Carmo. Determina ao Poder Público que elabore o mapeamento, zoneamento e levantamento cadastral de áreas de risco, no Estado. Parecer nº 3042, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

349 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 215, de 2007, (Autógrafo nº 27280), vetado totalmente, de autoria do deputado Otoniel Lima. Determina que as empresas de transporte coletivo rodoviário intermunicipal e interestadual, prestem informações sobre os procedimentos de segurança e de emergência em caso de acidentes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

350 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 238, de 2007, (Autógrafo nº 27784), vetado totalmente, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Obriga a instalação de hidrômetros em condomínios residenciais e de interesse social, construídos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU. Parecer nº 3332, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

351 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 302, de 2007, (Autógrafo nº 27232), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Social Especial (FSE) para universalização dos serviços de saneamento. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

352 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 317, de 2007, de autoria da deputada Haifa Madi. Institui a Campanha de Combate à Exploração de Trabalho de Crianças e de Adolescentes. Pareceres nºs 1412 e 1413, de 2007, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e do Congresso de Comissões de Direitos Humanos e de Finanças, favoráveis.

353 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 326, de 2007, (Autógrafo nº 27381), vetado totalmente, de autoria do deputado José Augusto. Obriga a

previsão de sistemas de aquecimento solar de água, dimensionado para cobrir, no mínimo, 40% de toda demanda anual de energia necessária para aquecimento de água sanitária, nas instalações hidráulicas dos projetos de novas edificações públicas. Parecer nº 482, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

354 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 350, de 2007, (Autógrafo nº 27287), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Alexandre Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Combate ao Bullying, nas escolas públicas e privadas do Estado. Parecer nº 3041, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

355 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 362, de 2007, (Autógrafo nº 27822), vetado totalmente, de autoria dos deputados Campos Machado e Adriano Diogo. Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, com vistas a impedir a mudança danosa do clima e promover adequação da sociedade à alteração climática. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

356 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 372, de 2007, (Autógrafo nº 27245), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana Perugini e outros. Institui o Programa Estadual de Bibliotecas Comunitárias. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

357 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 374, de 2007, (Autógrafo nº 27303), vetado totalmente, de autoria do deputado Alex Manente. Obriga a inclusão da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito no currículo escolar da rede pública estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

358 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 386, de 2007, (Autógrafo nº 27313), vetado totalmente, de autoria do deputado Fernando Capez. Obriga as seguradoras a comunicarem ao DETRAN todos os sinistros de veículos registrados no Estado que forem considerados perda total. Parecer nº 3040, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

359 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 392, de 2007, (Autógrafo nº 27398), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Cria o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

360 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 394, de 2007, (Autógrafo nº 27234), vetado totalmente, de autoria do deputado Raul Marcelo. Declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Estado o rio Ribeira de Iguape. Parecer nº 1816, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

361 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 416, de 2007, (Autógrafo nº 27299), vetado parcialmente, de autoria do deputado Said Mourad. Obriga os estabelecimentos comerciais a identificar na mesma dimensão os preços a vista, a quantidade e os valores das parcelas e os juros dos produtos comercializados. Parecer nº 3043, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

362 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 417, de 2007, (Autógrafo nº 28537), vetado totalmente, de autoria do deputado Celso Giglio. Estabelece parâmetros nos processos de licitação e contratos firmados pela Administração Estadual, onde serão considerados, de preferência, os bens e serviços social e ambientalmente sustentáveis. Parecer nº 2152, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

363 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 447, de 2007, (Autógrafo nº 27375), vetado totalmente, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Cria as Divisões Regionais no Departamento de Perícias Médicas-DPME, da Secretaria da Saúde. Parecer nº 306, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

364 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 463, de 2007, (Autógrafo nº 27319), vetado totalmente, de autoria do deputado João Barbosa. Proíbe o lançamento de gordura ou óleo vegetal, utilizados na fritura de alimentos, nos encanamentos que interligam a rede coletora de esgotos ou equivalentes. Parecer nº 3039, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

365 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 479, de 2007, (Autógrafo nº 27585), vetado totalmente, de autoria da deputada Dárcy Vera. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Projeto "Casa Abrigo", destinado a acolher mulheres vítimas da violência, em Ribeirão Preto. Parecer nº 2210, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

366 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 484, de 2007, (Autógrafo nº 27240), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar a Editora Estadual. Parecer nº 1812, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

367 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 498, de 2007, (Autógrafo nº 27518), vetado totalmente, de autoria do deputado José Augusto. Revoga os incisos DXXIII e MDCCLIII, do artigo 1º, da Lei nº 12.497 e da Lei nº 12.498, de 2006, respectivamente, restabelecendo a vigência das Leis nº 610, de 1950 e nº 9673, de 1967, que dispõem sobre serviço especial de assistência aos médicos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

368 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 502, de 2007, (Autógrafo nº 28598), vetado totalmente, de autoria do deputado Alex Manente. Institui tarifa social estabelecendo patamares para a cobrança da taxa de água e esgoto. Parecer nº 2415, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

369 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 511, de 2007, (Autógrafo nº 28754), vetado totalmente, de autoria do deputado Said Mourad. Cassa a eficácia da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, dos estabelecimentos que comercializarem bebidas alcoólicas e cigarros às crianças e adolescentes em desrespeito ao que dispõe o artigo 81 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA. Parecer nº 173, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

370 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 514, de 2007, (Autógrafo nº 27606), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Professora Alieen Luiz Camargo" à Diretoria de Ensino da Região de Adamantina, naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

371 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 520, de 2007, (Autógrafo nº 28222), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "Benedicta Ramos Caruso" à Estação de Trem Metropolitano Interlagos, na Capital. Parecer nº 685, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

372 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 523, de 2007, (Autógrafo nº 28574), vetado totalmente, de autoria do deputado Luciano Batista. Determina, aos produtos considerados como protetores e/ou bloqueadores solares, a condição de medicamento e não mais a de cosmético. Pareceres nºs 2319 e 2320, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

373 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 526, de 2007, (Autógrafo nº 27682), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dá a denominação de "Santuário" à Estação Autódromo da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, na Capital. Parecer nº 3043, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

374 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 527, de 2007, (Autógrafo nº 28539), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Determina às empresas produtoras e às distribuidoras de gêneros alimentícios, responsabilidades pela divulgação do teor de cloreto de sódio destes, em confronto com a dose diária da mesma substância recomendada ao consumo humano. Parecer nº 2052, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

375 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 528, de 2007, (Autógrafo nº 27276), vetado totalmente, de autoria do deputado Celso Giglio. Assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais, públicos e particulares, e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

376 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 534, de 2007, (Autógrafo nº 27243), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Almeida. Obriga os estabelecimentos comerciais do Estado a utilizarem embalagens plásticas oxi-biodegradáveis - OBP's para o acondicionamento de produtos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

377 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 536, de 2007, (Autógrafo nº 27289), vetado totalmente, de autoria do deputado Reinaldo Alguiz. Cria o PROSIGRH - Programa de Comunicação Social para divulgação e o fortalecimento do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado. Parecer nº 3044, de 2007, de relator especial pela Comissão de

Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

378 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 545, de 2007, (Autógrafo nº 27282), vetado totalmente, de autoria da deputada Patrícia Lima. Obriga as empresas prestadoras de serviços de telefonia móvel a instalarem nas suas lojas o SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

379 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 559, de 2007, (Autógrafo nº 27607), vetado parcialmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Altera o artigo 1º, "caput" e § 2º da Lei 12.551, de 2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do exame e diagnóstico clínico de catarata congênita e outras alterações oculares. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

380 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 569, de 2007, (Autógrafo nº 27755), vetado totalmente, de autoria do deputado Simão Pedro. Cria o Certificado de Responsabilidade Sócio-Ambiental às empresas do setor de produção de energia a partir de biomassa. Pareceres nºs 3142 e 3143, de 2008, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Meio Ambiente, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

381 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 578, de 2007, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a regularização de posse em áreas de terras devolutas ou presumivelmente devolutas, acima de 500 hectares, situadas na 10ª Região Administrativa do Estado. Com 12 emendas e 2 substitutivos. Pareceres nºs 1661 e 1662, de 2007, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Agricultura, favoráveis ao projeto e contrários aos substitutivos e às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado)

382 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 591, de 2007, (Autógrafo nº 27670), vetado totalmente, de autoria do deputado Gil Arantes. Obriga a inserção de mensagens educativas sobre o uso indevido das drogas e substâncias entorpecentes, antes do início de qualquer sessão cinematográfica e durante shows, eventos culturais e esportivos, voltados preferencialmente para o público infanto-juvenil. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

383 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 598, de 2007, (Autógrafo nº 27631), vetado totalmente, de autoria do deputado Otoniel Lima. Será instalado em viaturas da polícia militar, civil e escolta, do dispositivo eletrônico para pagamento de pedágio em malhas rodoviárias - TAG. Parecer nº 2378, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo

28, § 6º da Constituição do Estado).

384 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 615, de 2007, (Autógrafo nº 27471), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Áurea Rodrigues da Costa Camarini" à Diretoria de Ensino de Presidente Prudente, naquele Município. Parecer nº 1714, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

385 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 623, de 2007, (Autógrafo nº 28546), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana do Carmo. Acrescenta artigo à Lei nº 10.294, de 1999, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado. Parecer nº 2153, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

386 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 644, de 2007, (Autógrafo nº 27832), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Morais. Dá a denominação de "José Luiz Guidotti" à Usina Hidrelétrica de Barra Bonita, naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

387 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 647, de 2007, (Autógrafo nº 28670), vetado totalmente, de autoria do deputado Otoniel Lima. Institui a Campanha Permanente de Prevenção e Detecção de Distúrbios Alimentares, nas escolas da rede pública do Estado. Parecer nº 43, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

388 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 655, de 2007, (Autógrafo nº 27780), vetado totalmente, de autoria do deputado Estevam Galvão. Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria de Estado da Melhoridade. Parecer nº 3243, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

389 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 700, de 2007, (Autógrafo nº 27409), vetado totalmente, de autoria do deputado Feliciano Filho. Determina que o controle da natalidade de cães e gatos se dê apenas por meio da castração. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

390 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 701, de 2007, (Autógrafo nº 27727), vetado totalmente, de autoria da deputada Rita Passos. Obriga a execução de filme publicitário com mensagens cívicas sobre as conseqüências

do aquecimento global e a importância da defesa do meio ambiente, em todas as sessões de cinema. Parecer nº 3141, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

391 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 702, de 2007, (Autógrafo nº 27809), vetado totalmente, de autoria do deputado Cido Sérgio. Institui o Plano de Governança Sustentável nos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado. Parecer nº 3333, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

392 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 727, de 2007, (Autógrafo nº 27394), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Prorroga disposição da Lei nº 11.601, de 2003, que fixa a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

393 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 741, de 2007, (Autógrafo nº 27350), vetado parcialmente, de autoria do deputado José Bruno. Inclui no calendário turístico do Estado a "Marcha para Jesus". Parecer nº 3153, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

394 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 749, de 2007, (Autógrafo nº 27363), vetado parcialmente, de autoria da deputada Rita Passos. Institui a "Política Estadual de Educação Ambiental". Parecer nº 77, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28 § 6º da Constituição do Estado).

395 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 759, de 2007, (Autógrafo nº 27388), vetado totalmente, de autoria da deputada Vanessa Damo. Cria o "Programa Estadual de Reciclagem Ambiental Participativa - PERAP". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

396 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 760, de 2007, (Autógrafo nº 28300), vetado parcialmente, de autoria do deputado Celso Giglio. Proíbe a compra, venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas em qualquer dos estabelecimentos de ensino mantidos pela Administração Estadual. Pareceres nºs 1077, 1078 e 1079, de 2009, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça, da Comissão de Educação e de relator especial pela

Comissão de Finanças, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

397 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 762, de 2007, (Autógrafo nº 28306), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caraméz. Obriga os estabelecimentos públicos ou privados que possuem piscinas de uso coletivo a responsabilizar-se tecnicamente pelo tratamento, operação e controle de qualidade da água. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

398 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 763, de 2007, (Autógrafo nº 27849), vetado totalmente, de autoria do deputado Fernando Capez. Dispõe sobre a localização e horário de entrada e saída das torcidas organizadas nos estádios situados no território do Estado. Parecer nº 3334, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

399 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 770, de 2007, (Autógrafo nº 27759), vetado totalmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Obriga os Restaurantes Bom-Prato, conveniados com o Governo do Estado, o fornecimento de alimentação diferenciada para as pessoas portadoras de diabetes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

400 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 784, de 2007, (Autógrafo nº 28324), vetado totalmente, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com governos federal, estaduais e municipais e com empresas privadas, tendo como finalidade a implantação de Centros Culturais e de Receptivo Turístico nas Estações Ferroviárias Históricas do Alto Tietê, Vale do Paraíba e da Serra da Mantiqueira. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

401 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 827, de 2007, (Autógrafo nº 27876), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Autoriza o Poder Executivo a firmar convênios para reprogramar máquinas caça-níqueis apreendidas e destiná-las para uso educacional. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

402 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 915, de 2007, (Autógrafo nº 27732), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Proíbe os fornecedores de produtos e serviços de cobrar taxa de manuseio pela emissão e remessa de carnês ou boletos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

403 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 920, de 2007, (Autógrafo nº 27785), vetado totalmente, de autoria do deputado Celso Giglio. Estatui sobre princípios, diretrizes e normas para o gerenciamento integrado de resíduos da construção civil pela Administração Pública Estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

404 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 943, de 2007, (Autógrafo nº 27354), vetado totalmente, de autoria do deputado Luciano Batista. Torna obrigatória a instalação de dispositivo para fixação de bicicletas junto a prédios e logradouros públicos estaduais, bem como em locais privados de grande circulação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

405 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1052, de 2007, (Autógrafo nº 27411), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Proíbe alunos e professores de usarem quaisquer aparelhos eletrônicos nos espaços de estudo das escolas estaduais e particulares do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

406 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1063, de 2007, (Autógrafo nº 27532), vetado parcialmente, de autoria dos deputados Célia Leão e Rafael Silva. Consolida legislação relativa à pessoa portadora de deficiência. Parecer nº 1734, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

407 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1073, de 2007, (Autógrafo nº 27671), vetado totalmente, de autoria do deputado Luciano Batista. Torna obrigatória a impressão de informação sobre os malefícios do consumo de álcool e de drogas nos livros didáticos distribuídos nas escolas públicas de ensino fundamental II e médio do Estado. Parecer nº 2790, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

408 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1137, de 2007, (Autógrafo nº 27762), vetado totalmente, de autoria do deputado Alex Manente. Proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes. Parecer nº 3244, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

409 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1145, de 2007, (Autógrafo nº 27588), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de

financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Parecer nº 2158, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

410 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1146, de 2007, (Autógrafo nº 27676), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui o Programa de Parcelamento de Débitos - PPD no Estado. Parecer nº 2791, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer nº 2792, de 2008, de relator especial pela Comissão de Economia, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

411 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1167, de 2007, (Autógrafo nº 28397), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Autoriza o Poder Executivo a criar programa de cursos de formação de educadores para atuarem na orientação e prevenção contra os males causados pela dependência química. Parecer nº 1693, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

412 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1175, de 2007, (Autógrafo nº 27728), vetado totalmente, de autoria do deputado Davi Zaia. Estabelece limite para emissão de enxofre proveniente do diesel comercializado no Estado. Parecer nº 3099, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

413 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1191, de 2007, (Autógrafo nº 27355), vetado totalmente, de autoria do deputado Chico Sardelli. Obriga as operadoras de TV por assinatura do Estado a disponibilizarem, gratuitamente, sua programação às entidades assistenciais de caráter filantrópico reconhecidos de utilidade pública estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

414 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1192, de 2007, (Autógrafo nº 27692), vetado totalmente, de autoria do deputado Afonso Lobato. Obriga os fabricantes, montadores e distribuidores de aparelhos de telefonia móvel a instalarem ou fornecerem acessório que neutralize a radiação não-ionizante. Parecer nº 3044, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

415 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1256, de 2007, (Autógrafo nº 27844), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Geraldo Sylvestre Pacheco" à ponte localizada sobre o Rio Jurubatuba, na ligação entre os bairros Campo Grande e Jardim Satélite.

Parecer nº 3335, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

416 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1257, de 2007, (Autógrafo nº 27735), vetado totalmente, de autoria do deputado Marco Bertaiolli. Institui o Programa Diversidade na Escola Pública, a fim de ensinar e praticar o respeito à diversidade, disseminando-se uma cultura de tolerância e convivência harmônica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

417 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1270, de 2007, (Autógrafo nº 27729), vetado totalmente, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Torna obrigatório o transporte gratuito de policiais militares em ônibus intermunicipais mediante compensação pelo Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

418 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1281, de 2007, (Autógrafo nº 27640), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Martins. Torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias. Parecer nº 2530, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

419 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1288, de 2007, (Autógrafo nº 27639), vetado totalmente, de autoria da deputada Vanessa Damo. Cria o Programa Adotante, que institui a adoção de leito na rede hospitalar pública do Estado por pessoas físicas ou jurídicas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

420 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1291, de 2007, (Autógrafo nº 27698), vetado totalmente, de autoria do deputado Aloisio Vieira. Proíbe o plantio, comércio, transporte e produção da planta Murta (*Murraya paniculata*), por ser um dos principais hospedeiros de bactéria disseminadora da praga Huanglongbing (HLB - Greening). Parecer nº 3045, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

421 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1335, de 2007, (Autógrafo nº 28336), vetado parcialmente, de autoria do deputado Simão Pedro. Torna obrigatória a prévia autorização da Secretaria da Saúde para a utilização de alojamento ou moradia destinada a trabalhadores rurais. Parecer nº 1321, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

422 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1347, de 2007, (Autógrafo nº 27707), vetado totalmente, de autoria do deputado Mário Reali. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa de Assessoria Técnica à Habitação de Interesse Social". Parecer nº 3035, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

423 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1356, de 2007, (Autógrafo nº 28301), vetado totalmente, de autoria da deputada Patrícia Lima. Proíbe a comercialização de lanches, bebidas ou similares de alto teor calórico e que contenham gordura "trans" nas unidades educacionais públicas ou privadas. Parecer nº 1003, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

424 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1385, de 2007, (Autógrafo nº 28538), vetado totalmente, de autoria do deputado Simão Pedro. Designa o Departamento de Estradas de Rodagem - DER a vistoriar os veículos para transporte de trabalhadores rurais e a autorizar sua circulação nas rodovias do Estado. Parecer nº 2154, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

425 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1415, de 2007, (Autógrafo nº 27807), vetado totalmente, de autoria do deputado Mozart Russomanno. Torna obrigatória a advertência aos consumidores sobre o prazo de validade para consumo de alimentos quando este for igual ou inferior a dez dias. Parecer nº 3336, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

426 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1421, de 2007, (Autógrafo nº 27632), vetado totalmente, de autoria do deputado João Barbosa. Obriga os fornecedores de produtos e serviços a disponibilizar ao público exemplares atualizados do Código de Defesa do Consumidor. Parecer nº 2379, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

427 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1431, de 2007, (Autógrafo nº 28571), vetado totalmente, de autoria do deputado André Soares. Institui o Cadastro Assistencial do Estado de São Paulo - CAESP. Parecer nº 2321, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

428 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1462, de 2007, (Autógrafo nº 27672), vetado parcialmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Proíbe o fumo nas áreas internas de locais de uso público. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

429 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 8, de 2008, (Autógrafo nº 27667), vetado totalmente, de autoria do deputado André Soares. Obriga os postos de combustíveis, lava-rápidos, transportadoras e empresas de ônibus urbanos intermunicipais e interestaduais a instalarem equipamentos de tratamento e reutilização da água usada na lavagem de veículos. Parecer nº 2531, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

430 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 12, de 2008, (Autógrafo nº 28181), vetado totalmente, de autoria do deputado Bruno Covas. Dá a denominação de "Santos F.C - Imigrantes" à atual Estação Imigrantes do Metrô - Companhia do Metropolitano de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

431 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 33, de 2008, (Autógrafo nº 28356), vetado parcialmente, de autoria do deputado Paulo Alexandre Barbosa. Institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

432 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 49, de 2008, (Autógrafo nº 27789), vetado totalmente, de autoria do deputado Fernando Capez. Dá a denominação de "Doutor José Eduardo Mariz de Oliveira" à Penitenciária Compacta, em Caraguatatuba. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

433 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 86, de 2008, (Autógrafo nº 28303), vetado totalmente, de autoria do deputado Mozart Russomanno. Altera a Lei nº 10.294, de 1999, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado, com o objetivo de possibilitar ao reclamante ligação telefônica gratuita. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

434 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 87, de 2008, (Autógrafo nº 27761), vetado totalmente, de autoria da deputada Patrícia Lima. Determina que a utilização de tabela de preços ou de qualquer outro meio publicitário que expresse valores em desacordo com o sistema monetário nacional fica caracterizada como publicidade enganosa ou abusiva. Parecer nº 3155, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

435 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 92, de 2008, (Autógrafo nº 28318), vetado parcialmente, de autoria do deputado Fernando Capez. Obriga as concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos a emitir, no final de cada ano, recibo de quitação para os consumidores. Parecer nº 1175, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

436 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 103, de 2008, (Autógrafo nº 27601), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Alexandre Barbosa. Torna obrigatória a notificação compulsória de todo caso confirmado de neoplasia maligna. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

437 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 109, de 2008, (Autógrafo nº 27693), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Carlos. Cria campanha permanente de esclarecimento, orientação e prevenção sobre eclampsia. Parecer nº 3046, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

438 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 117, de 2008, (Autógrafo nº 27557), vetado parcialmente, de autoria do deputado Feliciano Filho. Determina ao Poder Executivo que incentive a viabilização e o desenvolvimento de programa que vise ao controle reprodutivo de cães e de gatos e à promoção de medidas protetivas. Parecer nº 2025, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

439 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 130, de 2008, (Autógrafo nº 28305), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Inclui no Programa de Monitoramento das Praias desenvolvido pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB a análise periódica da qualidade da areia das praias do litoral, dos rios e represas do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

440 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 167, de 2008, (Autógrafo nº 27577), vetado totalmente, de autoria da deputada Haifa Madi. Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar leitos e equipamentos hospitalares para a realização de internações e exames laboratoriais nas unidades de saúde, filantrópicas e municipais do Litoral Paulista. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

441 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 182, de 2008, (Autógrafo nº 28367), vetado parcialmente, de autoria do deputado Jonas Donizette. Institui o Fundo de Custeio da Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas. Pareceres nºs 1426 e 1427, de 2009, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Meio Ambiente, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

442 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 198, de 2008, (Autógrafo nº 28338), vetado totalmente, de autoria do deputado João Barbosa. Dispensa da taxa de inscrição, se houver, em todos os concursos públicos realizados por órgão da administração estadual, direta ou indireta, o candidato que apresentar documento comprobatório de sua condição de doador regular de sangue. Parecer nº 1400, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

443 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 211, de 2008, (Autógrafo nº 28671), vetado totalmente, de autoria do deputado Jonas Donizette. Dispõe sobre a possibilidade de as rodovias do Estado de quaisquer características poderem ter um segundo trevo de acesso a municípios com mais de 500 mil habitantes. Parecer nº 44, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

444 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 238, de 2008, (Autógrafo nº 27740), vetado totalmente, de autoria do deputado Bruno Covas. Dispõe sobre a criação, organização e atuação dos grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados. Parecer nº 3144, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

445 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 241, de 2008, (Autógrafo nº 28680), vetado parcialmente, de autoria do deputado André Soares. Dispõe sobre normas de proteção e segurança dos consumidores nos estacionamentos públicos e privados diante dos fornecedores de serviços de manobra e guarda de veículos em geral. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

446 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 247, de 2008, (Autógrafo nº 27734), vetado totalmente, de autoria do deputado Said Mourad. Dispõe sobre a venda de placa de veículos automotores com numerário dobrado. Parecer nº 3103, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

447 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 279, de 2008, (Autógrafo nº 27990), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Dá a denominação de "João Padula Nomelini" à marginal esquerda da SP-333 - Rodovia Abrão Assed, localizada entre o km 51,28 (dispositivo de acesso ao Portal dos Ipês) e o km 54,10 (dispositivo de acesso ao Recreio Anhangüera), em Ribeirão Preto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

448 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 286, de 2008, (Autógrafo nº 28582), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Cabo PM Antônio Ramos da Silva" à Base Operacional de Piraju. Parecer nº 2338, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, §6º, da Constituição do Estado).

449 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 298, de 2008, (Autógrafo nº 28547), vetado parcialmente, de autoria da deputada Vanessa Damo. Obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para realização de serviços ou entrega de produtos aos consumidores. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

450 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 323, de 2008, (Autógrafo nº 28594), vetado totalmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Obriga as empresas concessionárias de serviços a instalar, substituir e trasladar seu posteamento de energia, iluminação e telefonia sem ônus para os usuários ou para o Estado. Parecer nº 2366, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

451 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 348, de 2008, (Autógrafo nº 28329), vetado totalmente, de autoria do deputado José Augusto. Institui o "Programa de Envelhecimento Ativo - PEA". Parecer nº 1210, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

452 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 382, de 2008, (Autógrafo nº 28219), vetado totalmente, de autoria do deputado Cido Sérgio. Dá a denominação de "Dr. Paulo Batistella" à estrada que faz a ligação da Rodovia Marechal Rondon - SP-300, km 528, com a Rodovia Teotônio Vilella - SP-18-461, km 8,10, em Araçatuba. Parecer nº 686, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

453 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 402, de 2008, (Autógrafo nº 28281), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Dá

a denominação de "Jaime Simões Fontes" ao dispositivo de segurança (viaduto) localizado sobre a Rodovia Lourenço Lozano, no km 380 + 540m, em Duartina. Parecer nº 771, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

454 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 422, de 2008, (Autógrafo nº 27975), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Dr. Celso Tristão de Lima" ao prédio do Fórum de Capão Bonito. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

455 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 435, de 2008, (Autógrafo nº 28583), vetado totalmente, de autoria da deputada Rita Passos. Estabelece multa para a prática de trotes telefônicos dirigidos aos telefones do COPOM - Centro de Operações da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e do SAMU - Serviço de Atendimento Médico de Urgência. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

456 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 445, de 2008, (Autógrafo nº 28517), vetado totalmente, de autoria do deputado João Barbosa. Torna obrigatória, nas embalagens de todos os produtos alimentícios manufaturados, de qualquer procedência, quando comercializados no Estado, a indicação das características de sua composição relacionadas à saúde do consumidor. Parecer nº 2070, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

457 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 478, de 2008, (Autógrafo nº 27922), vetado parcialmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Institui o Cadastro para o Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing. Parecer nº 3613, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

458 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 485, de 2008, (Autógrafo nº 28759), vetado totalmente, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Cria o Cadastro Estadual de Controle de Acidentes de Consumo. Pareceres nºs 171 e 172, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

459 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 497, de 2008, (Autógrafo nº 28737), vetado totalmente, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Artur Alvim - C.A.E. Carvalho" à atual Estação Artur Alvim do Metrô - Companhia do Metropolitano de São Paulo. Pareceres nºs 174 e

175, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis ao projeto. (artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

460 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 498, de 2008, (Autógrafo nº 28232), vetado totalmente, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Tiradentes - Frei Galvão" à atual Estação Tiradentes do Metrô - Companhia do Metropolitano de São Paulo. Parecer nº 687, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

461 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 537, de 2008, (Autógrafo nº 28262), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Felício. Institui o "Dia do Combate à Intolerância Religiosa". Parecer nº 772, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

462 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 544, de 2008, (Autógrafo nº 28585), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "Vicente Sin" ao 3º Distrito Policial de Ribeirão Preto, naquele Município. Pareceres nºs 2367 e 2368, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Segurança Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

463 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 578, de 2008, (Autógrafo nº 28319), vetado totalmente, de autoria dos deputados Mário Reali e José Cândido. Determina que as empresas contratadas pelo Poder Público Estadual para a execução de obras e serviços públicos, apenas poderão subcontratar empresas fornecedoras de mão-de-obra se estas estiverem regularmente constituídas e registradas nos órgãos competentes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

464 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 587, de 2008, (Autógrafo nº 28314), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dispõe sobre compensação financeira entre os Regimes Próprios de Previdência Social do Estado e Municípios nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. Pareceres nºs 1137 e 1138, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

465 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 614, de 2008, (Autógrafo nº 28518), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Institui o "Programa Doadores do Amanhã". (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

466 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 619, de 2008, (Autógrafo nº 28292), vetado totalmente, de autoria do deputado Fernando Capez. Institui o "Dia Estadual da Armênia Eterna". Parecer nº 936, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

467 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 632, de 2008, (Autógrafo nº 28069), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana Perugini. Obriga as prestadoras de serviços públicos a manter à disposição dos consumidores atendimento presencial, telefônico, postal e pela Internet. Parecer nº 293, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

468 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 634, de 2008, (Autógrafo nº 28304), vetado totalmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Altera o artigo 1º da Lei nº 10.876, de 2001, que dispõe sobre a execução do Hino Nacional Brasileiro em todos os eventos esportivos realizados no Estado. Parecer nº 1080, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

469 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 662, de 2008, (Autógrafo nº 28315), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Massafera. Institui o "Diploma de Reconhecimento ao Mérito Desportivo". Parecer nº 1139, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

470 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 676, de 2008, (Autógrafo nº 28363), de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Institui o "Dia Estadual de Luta dos Portadores de Anemia Falciforme". Parecer nº 1699, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

471 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 765, de 2008, (Autógrafo nº 28682), vetado parcialmente, de autoria do deputado José Bruno. Institui a campanha "Combate à Pedofilia no Estado de São Paulo", junto a todas as emissoras de televisão públicas do Governo do Estado. Pareceres nºs 104 e 105, de 2010, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

472 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 27, de 2009, (Autógrafo nº 28586), vetado totalmente, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Soldado PM Elias José de Souza" ao 40º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana - 40º BPM/M, na Capital. Pareceres nºs 2339 e 2340, de 2009, respectivamente de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Segurança Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

473 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 33, de 2009, (Autógrafo nº 28349), vetado totalmente, de autoria da deputada Haifa Madi. Altera a redação do § 1º do artigo 1º da Lei nº 10.765, de 2001, que cria o Índice Paulista de Responsabilidade Social. Parecer nº 1468, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

474 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 43, de 2009, (Autógrafo nº 28213), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado e outros. Determina a adoção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas, nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

475 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 47, de 2009, (Autógrafo nº 28748), vetado totalmente, de autoria do deputado Marco Porta. Cria a "Central de Informação ao Cidadão - CIC". Pareceres nºs 176 e 177, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

476 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 53, de 2009, (Autógrafo nº 28807), vetado totalmente, de autoria do deputado Estevam Galvão. Determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos estaduais para os respectivos Municípios. Pareceres nºs 622 e 623, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

477 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 65, de 2009, (Autógrafo nº 28749), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Institui a "Campanha de Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal" no Estado. Parecer nº 178, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

478 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 85, de 2009, (Autógrafo nº 28562), vetado totalmente, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Autoriza o Poder Executivo a criar linha de crédito especial para a aquisição de veículos destinados ao transporte de trabalhador rural. Parecer nº 2249 de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

479 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 106, de 2009, (Autógrafo nº 28563), vetado totalmente, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Parque da Juventude Ângelo Salton Neto" ao parque localizado no bairro do Carandiru, na zona norte da Capital. Parecer nº 2250, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

480 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 212, de 2009, (Autógrafo nº 28619), vetado totalmente, de autoria do deputado Gil Arantes. Torna obrigatória a inserção de mensagens educativas, sobre o uso indevido das drogas e substâncias entorpecentes, durante shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizados no Estado. Parecer nº 2585, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

481 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 214, de 2009, (Autógrafo nº 28568), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera a Lei nº 12.547, de 2007, vedando a exigência de comprovação de inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil para expedição de notas contratuais. Parecer nº 2251, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

482 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 238, de 2009, (Autógrafo nº 28552), vetado parcialmente, de autoria do deputado Raul Marcelo. Obriga os clubes de futebol oficiais do Estado a assegurar que estejam matriculados, em instituição de ensino pública ou particular, todos os jogadores menores de 18 anos com os quais possuam qualquer forma de vínculo. Parecer nº 2165, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

483 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 244, de 2009, (Autógrafo nº 28544), vetado totalmente, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Coronel PM Dauterdimas Rigonato" ao Comando de Policiamento de Área Metropolitana - 1 (CPA/M-1), na Capital. (Artigo 28, §

6º, da Constituição do Estado).

484 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 245, de 2009, (Autógrafo nº 28674), vetado totalmente, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Coronel PM Cid Benedito Marques" ao 4º Batalhão de Polícia de Choque (4º BPChq), na Capital. Parecer nº 47, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

485 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 263, de 2009, (Autógrafo nº 28597), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 93, de 1972, que criou o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCET. Parecer nº 2337, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

486 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 266, de 2009, (Autógrafo nº 28750), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Dispõe sobre diretrizes para a política de diagnóstico precoce e tratamento dos sintomas da Síndrome do Autismo no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Parecer nº 179, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

487 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 278, de 2009, (Autógrafo nº 28736), vetado totalmente, de autoria do deputado Bruno Covas. Autoriza a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon a recolher emolumentos, na forma de taxa, dos fornecedores reclamados, relativos ao registro e encaminhamento de reclamações fundamentadas. Parecer nº 180, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

488 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 305, de 2009, (Autógrafo nº 28550), vetado totalmente, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Torna obrigatória a apresentação de documento de identidade no pagamento das despesas com cartões de crédito. Parecer nº 2098, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

489 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 333, de 2009, (Autógrafo nº 28595), vetado parcialmente, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Proíbe a venda do cachimbo conhecido como "narguile" aos menores de 21 anos. Parecer nº 2369, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça,

favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

490 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 359, de 2009, (Autógrafo nº 28663), vetado totalmente, de autoria do deputado Fernando Capez. Dá a denominação de "Vereador João Lopes" à Unidade do Poupatempo de Jundiá. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

491 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 369, de 2009, (Autógrafo nº 28756), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Institui o "Circuito das Flores", integrado pelos municípios de Artur Nogueira, Santo Antônio de Posse e Holambra. Parecer nº 181, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

492 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 410, de 2009, (Autógrafo nº 28675), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Autoriza o condutor de transporte coletivo intermunicipal e interestadual a parar fora do ponto quando solicitado por pessoa portadora de necessidade especial. Parecer nº 45, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

493 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 442, de 2009, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial. Com 06 emendas. Pareceres nºs 2469 e 2470, de 2009, respectivamente, das Comissões de Justiça e de relator especial pela Comissão de Administração Pública, favoráveis ao projeto, às emendas de nºs 4 e 6, e contrário às demais emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

494 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 445, de 2009, (Autógrafo nº 28625), vetado totalmente, de autoria da CPI das Operadoras de Seguro. Proíbe às seguradoras, no caso de reparação de veículos sinistrados, de impor aos segurados ou a terceiros a relação das oficinas reparadoras ou prestadoras de serviços credenciadas/referenciadas como condição para o conserto. Parecer nº 2603, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

495 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 446, de 2009, (Autógrafo nº 28624), de autoria da CPI das Operadoras de Seguro. Disciplina o cadastramento das Companhias Seguradoras para fins de comunicação de ocorrência de sinistro de veículos automotores de via terrestre, em decorrência dos contratos de seguro firmados com seus segurados. Parecer nº 2586, de

2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

496 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 489, de 2009, (Autógrafo nº 28821), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de "Prefeito Walter Braido" à Estação de Trem da CPTM em São Caetano do Sul. Pareceres nºs 751 e 752, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

497 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 520, de 2009, (Autógrafo nº 28852), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Dá a denominação de "Tamanduateí-Imperador do Ipiranga" à nova estação a "linha verde" do metrô. Parecer nº 1020, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto (Artigo 28, §6º, da Constituição do Estado).

498 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 550, de 2009, (Autógrafo nº 28572), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Autoriza o Poder Executivo a criar o Selo Agricultura Natural. Parecer nº 2313, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

499 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 577, de 2009, (Autógrafo nº 28570), vetado totalmente, de autoria do deputado Ed Thomas. Torna obrigatório caixa eletrônico em Braille e áudio para deficientes visuais em todas as agências bancárias do Estado. Parecer nº 2252, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

500 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 690, de 2009, (Autógrafo nº 28751), vetado totalmente, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Torna obrigatória a inclusão de telefone e endereço do PROCON na nota fiscal de venda ao consumidor emitida pelos estabelecimentos comerciais sediados ou que efetuem vendas no Estado. Pareceres nºs 182 e 183, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

501 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 696, de 2009, (Autógrafo nº 28650), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

e Social - BNDES e a Caixa Econômica Federal - CEF. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

502 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 703, de 2009, (Autógrafo nº 28678), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbieri. Torna obrigatória a manutenção de serviços de segurança privada nos locais em que há caixas eletrônicos, e/ou estabelecimentos outros que possuam ou disponibilizem caixas automáticos, terminais de atendimento - ATM, ou terminais autorizados a recebimento de contas e faturas, casas lotéricas e agências dos correios. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

503 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 764, de 2009, (Autógrafo nº 28752), vetado totalmente, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dispõe sobre a unificação dos números do disque-denúncia e obriga os estabelecimentos que especifica a afixá-lo em local visível. Pareceres nºs 184 e 185, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Segurança Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

504 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 895, de 2009, (Autógrafo nº 28772), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Dá a denominação de "Mario Puatto" ao Anexo Fiscal pertencente ao Poder Judiciário da Comarca do Município de São Manuel. Parecer nº 186, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

505 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 948, de 2009, (Autógrafo nº 28677), vetado totalmente, de autoria do deputado Cássio de Castro Navarro. Determina que as farmácias ou drogarias deverão estabelecer, entre si, sistema de plantão de funcionamento de forma a prestar atendimento ininterrupto à população. Parecer nº 46, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

506 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1187, de 2009, de autoria do Sr. Governador. Institui o Programa Ambiental de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Estado de São Paulo - IM/SP. Com 18 emendas. Parecer nº 703, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao Projeto e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

507 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 244, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Reconhece os recolhimentos de ICMS efetuados em operações de

importação por conta e ordem de terceiros, na hipótese que especifica. Com 01 emenda. Pareceres nºs 707 e 708, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis ao projeto e contrários à emenda nº 1. (Artigo 26, da Constituição do Estado).

508 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 282, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, bancos privados internacionais, bem como com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Caixa Econômica Federal - CEF. Com 18 emendas. Pareceres nºs 805, 806 e 807, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça, de Economia e de Finanças, favoráveis ao projeto e contrários às emendas de 01 à 18.

509 - Discussão e votação - Projeto de decreto legislativo nº 0001, de 2002, de autoria do relator especial pela Comissão de Constituição e Justiça. Parecer nº 424, de 2002. Denega o reconhecimento, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, à declaração do estado de calamidade pública, no Município de Buri, objeto do Decreto Municipal nº 06-A, de 2001. Pareceres nºs 1013 e 1014, de 2007, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização, favoráveis.

510 - Discussão e votação - Projeto de decreto legislativo nº 0002, de 2002, de autoria do relator especial pela Comissão de Constituição e Justiça. Parecer nº 425, de 2002. Reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, a declaração, por 30 (trinta) dias, do estado de calamidade pública, na Estância Balneária de Praia Grande, objeto do Decreto Municipal nº 3175, de 2001. Parecer nº 1015, de 2007, de relator especial pela Comissão de Assuntos Municipais, contrário. Parecer nº 1016, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

511 - Discussão e votação - Projeto de decreto legislativo nº 0006, de 2002, de autoria do relator especial pela Comissão de Constituição e Justiça. Parecer nº 906, de 2002. Denega o reconhecimento, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, à declaração do Estado de Calamidade Pública, no Município de Mirante do Paranapanema. Pareceres nºs 1017 e 1018, de 2007, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização, favoráveis.

512 - Discussão e votação - Projeto de decreto legislativo nº 0005, de 2004, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Parecer nº 1097, de 2004.

Denega o reconhecimento da declaração de estado de calamidade pública na Estância Turística de Itu. Parecer nº 1458, de 2004, de relator especial pela Comissão de Assuntos Municipais, favorável, com substitutivo. Parecer nº 1459, de 2004, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável ao substitutivo.

513 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0060, de 1995, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 570, de 1995. Encaminha ao Ministério Público e à Procuradoria Geral do Estado, a fim de que adotem as medidas cabíveis do processo TC-068202/026/90, que trata dos contratos celebrados entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP com Expoente S/A Comercial e Construtora, Araguaia Construtora Brasileira de Rodovias S/A, Sarima Construtora S/A, Ambito Empreendimentos e Construções Ltda, Eucervi Construções Ltda. e R.G.M. Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 3163, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

514 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0104, de 1996, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2062, de 1996. Descontitui decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no processo relativo ao contrato nº AS - 1100 - 080 - 5/90 firmado entre a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S/A e a Transbraçal - Prestação de Serviços Indústria e Comércio Ltda. Parecer nº 3164, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

515 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0121, de 1996, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2296, de 1996. Propõe o arquivamento do contrato celebrado em 24.03.88 entre o Delegado Regional Tributário da Grande São Paulo e o Sr. José Zahroul Filho, com ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3165, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

516 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0014, de 1997, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 135, de 1997. Propõe o arquivamento do contrato celebrado em 9.6.88, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, por meio da Delegacia Regional Tributária da Grande São Paulo e a Adicasa Empreendimentos e Participações Ltda, com ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3087, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

517 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0107, de 1997, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1442, de 1997. Propõe o arquivamento do processo que trata do contrato celebrado em 26/08/94, entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a H. M. Engenharia e Construções Ltda, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3215, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 49, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças e Orçamento. Parecer nº 843, de 2001. Aprova o certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 26 de agosto de 1994, entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a empresa H. M. Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 3216, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário).

518 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0127, de 1997, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1589, de 1997. Propõe o arquivamento de cópias do processo que trata do contrato celebrado em 01/04/91, entre a Delegacia Regional Tributária da Capital - DRT-1 e a SID Informática S/A, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3099, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

519 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0216, de 1997, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2372, de 1997. Propõe o arquivamento do processo que trata do contrato celebrado em 09/03/91, entre a EMTU - SP e a Newlabor Mão de Obra Ltda, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3217, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 08, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças e Orçamento. Parecer nº 547, de 2000. Dispõe sobre manutenção de acórdão do Tribunal de Contas que considerou irregulares os termos aditivos nºs 1, 2, 3 e 4, ao contrato, celebrado em 09/03/91, entre a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU e a Newlabor Mão de Obra Ltda. Parecer nº 3218, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável).

520 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0078, de 1998, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1439, de 1998. Propõe o arquivamento do processo que trata do contrato

celebrado em 30/12/1994, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a HM Engenharia e Construções Ltda, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3189, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

521 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0096, de 1998, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1571, de 1998. Propõe o arquivamento do processo que trata do contrato celebrado em 16/09/94, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a H.M. Engenharia e Construções Ltda, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3231, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

522 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0097, de 1998, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1583, de 1998. Propõe o arquivamento do processo que trata do contrato celebrado em 13/06/96, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Engelux Comercial e Consultoria Ltda, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3232, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

523 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0100, de 1998, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1643, de 1998. Propõe o arquivamento do processo que trata do contrato celebrado em 31/08/1994, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora L.R. Ltda, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3235, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

524 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0104, de 1998, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1672, de 1998. Propõe o arquivamento do processo que trata do contrato celebrado em 14/06/96, entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a O.M. Garcia e Companhia Ltda, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3237, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

525 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0107, de 1998, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1675, de 1998. Propõe o arquivamento do processo que trata do contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e o Consórcio Habitacional SETA/CROMA, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3240, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

526 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0112, de 1998, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1883, de 1998. Propõe o arquivamento do processo relativo ao contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora Figueiredo Ltda, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3245, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

527 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0003, de 1999, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 9, de 1999. Propõe o arquivamento do processo relativo ao contrato celebrado em 02/09/1996, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Ltda, com o envio de ofícios para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3250, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

528 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0007, de 1999, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 20, de 1999. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado proferida no processo relativo ao Termo de Prorrogação e Reti-Retificação e Termo-Retificação e Conversão para o real celebrado em 23/02/1995, 05/09/94 e 07/04/1996 entre a PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo e a Informal Serviços em Informática S/C Ltda. Parecer nº 3253, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 475, de 2005. Parecer nº 1367, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 031788/026/95, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) pela PRODESP (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo) e a Informall Serviços em Informática S/C Ltda. Parecer nº 1356, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e controle, favorável).

529 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0013, de 1999, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 65, de 1999. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado no processo relativo ao contrato celebrado em 24/04/1996 entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora Wysling Gomes Ltda. Parecer nº 731, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

530 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0018, de 1999, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 198, de 1999. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado proferida no processo relativo ao contrato celebrado em 26/04/96 entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora e Comercial Torello Dinucci S. A. Parecer nº 3260, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

531 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0030, de 1999, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 824, de 1999. Propõe o arquivamento do processo relativo ao contrato celebrado entre a Companhia do Metropolitanano de São Paulo - Metrô e a CMW Equipamentos S/A, com o envio de ofícios para o Ministério Público e para a Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 3344, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

532 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0057, de 1999, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1093, de 1999. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado no processo relativo ao contrato celebrado entre a Eletricidade de São Paulo S/A - Eletropaulo e a Vimar Eletrificação e Engenharia Ltda. Parecer nº 3360, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

533 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0004, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 94, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado proferida no processo relativo ao contrato celebrado entre o Desenvolvimento Rodoviário S/A - Dersa e a Piccolotur - Transportes Turísticos Ltda. Parecer nº 3539, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

534 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 11, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 946, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado proferida no

processo relativo ao contrato celebrado em 02/09/93, entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP e a empresa Jaakko Pöyry Engenharia Ltda. Parecer nº 3540, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

535 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0019, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1359, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 025311/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório e no respectivo contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e o Consórcio Habitacional Batatais. Parecer nº 251, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 39, de 2005. Parecer nº 537, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que verificou irregularidades em contrato firmado entre a CDHU do Estado de São Paulo e o Consórcio Habitacional Batatais, constante no Processo TC - 025311/026/96. Parecer nº 252, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

536 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0020, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1360, de 2000. Aprova o certame licitatório e respectivo contrato nº 254/96 celebrado, em 03/06/96, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Pilotis Construções e Comércio Ltda e propõe o arquivamento dos autos da comunicação do Tribunal de Contas relativa a este contrato. Parecer nº 493, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

537 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0021, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1361, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018849/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e no termo de reti-ratificação firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Pilotis Construções e Comércio Ltda. Parecer nº 253, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 189, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1007, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018849/026/96, que verificou irregularidades em contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento

Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Pilotis Construções e Comércio Ltda. Parecer nº 254, de 2005, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

538 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0022, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1362, de 2000. Aprova o certame licitatório e respectivo contrato nº 720/96 celebrado em 19/12/96, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e o Construtora Simioni Viesti Ltda e propõe o arquivamento dos autos da comunicação do Tribunal de Contas relativa a este contrato. Parecer nº 494, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

539 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0023, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1363, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 28550/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e nos termos subseqüentes firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Concima S/A Construções Civis. Parecer nº 255, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 505, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1397, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028550/026/96, que verificou irregularidades em contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a CONCIMA S/A Construções Civis. Parecer nº 256, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

540 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0024, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1428, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado proferida no processo relativo ao contrato celebrado em 13/08/96, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora Morais Ferrari Ltda, sob nº 528/96, e propõe o arquivamento dos autos da comunicação do Tribunal de Contas relativa a este contrato. Parecer nº 3541, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

541 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0025, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº

1429, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado proferida no processo relativo ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 9/02/96, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Unicos Construtora Ltda, sob nº 1300/95, e propõe o arquivamento dos autos da comunicação do Tribunal de Contas relativa a este contrato. Parecer nº 3542, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

542 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0026, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1430, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 31/03/97, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Delphos Engenharia Ltda, sob nº 120/97, e propõe o arquivamento dos autos da comunicação do Tribunal de Contas relativa a este contrato. Parecer nº 103, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

543 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0027, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1431, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 033298/026/95, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e nos termos subsequentes firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a H. E. Engenharia, Comércio e Representações Ltda. Parecer nº 257, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 172, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 966, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 033298/026/95, que verificou irregularidades em contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a H. E. Engenharia, Comércio e Representações Ltda. Parecer nº 258, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

544 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0028, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1432, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado proferida no processo relativo ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 1º/08/96, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora Noroeste, sob nº 508/96, e propõe o arquivamento dos autos da comunicação do Tribunal de

Contas relativa a este contrato. Parecer nº 3543, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

545 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0029, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1433, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 19/12/96, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Lagoinha Construtora Ltda, sob nº 683/96, e propõe o arquivamento dos autos da comunicação do Tribunal de Contas relativa a este contrato. Parecer nº 104, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

546 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0030, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1434, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 9/02/96, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora Morais Ferrari Ltda, sob nº 5/96, e propõe o arquivamento dos autos da comunicação do Tribunal de Contas relativa a este contrato. Parecer nº 105, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

547 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0031, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1435, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 031145/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório e no respectivo contrato firmado entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e o Consórcio Habitacional de Votuporanga. Parecer nº 237, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Anexo o Projeto de decreto legislativo nº 140, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 908, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 031145/026/96, que verificou irregularidades em contrato firmado entre CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e o Consórcio Habitacional de Votuporanga. Parecer nº 238, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

548 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0064, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 1568,

de 2000. Declara insubsistente a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que considerou ilegais os 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Termos aditivos ao contrato nº 422.212.200, celebrado em 9/4/1999, entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e Macrotempo Consultoria Econômica S/C Ltda, constante no Processo TC-016886/026/92. Parecer nº 68, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

549 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0080, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2022, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 13/05/96, entre a CDHU e a Silcon Engenharia e Comércio Ltda, constante do Processo TC 18848/026/96. Parecer nº 122, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

550 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0081, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2023, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 05/06/96, entre a CDHU e a WM - Construtora e Comércio de Rio Preto Ltda, constante do Processo TC 22084/026/96. Parecer nº 123, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

551 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0082, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2024/00. Aprova o certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 4/07/96, entre a CDHU e o Consórcio Master Empreendimentos Ltda/Mencasa S/A, constante do Processo TC 25313/026/96. Parecer nº 686, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

552 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0083, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2025, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 20/06/96, entre a CDHU e a Campanário Construções e Incorporações Ltda, constante do Processo TC 22083/026/96. Parecer nº 124, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

553 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0084, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2026/00. Aprova o certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 6/11/96, entre a CDHU e a Únicos Comércio e Administração Ltda, constante

do Processo TC 37103/026/96. Parecer nº 497, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

554 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0086, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2031, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 022061/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e nos termos subsequentes firmados entre Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Santa Bárbara Engenharia S/A. Parecer nº 259, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 144, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 912, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 022061/026/96, que verificou irregularidades em contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado de São Paulo - CDHU e a empresa Santa Bárbara Engenharia S/A. Parecer nº 260, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

555 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0087, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2064, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 14/2/96, entre a CDHU e a Atlanta Construções, Comércio e Empreendimentos Ltda, constante do Processo TC 8.664/026/96. Parecer nº 125, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

556 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0088, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2065, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 31/3/97, entre a CDHU e a Tarumã Engenharia Ltda., constante do Processo TC 11.225/026/97. Parecer nº 126, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

557 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0089, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2069, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 17/7/96, entre a CDHU e o Consórcio Habitacional Tecnosul/M.R.M., constante do Processo TC 25318/026/96. Parecer nº 127, de 2008, de relator especial pela

Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

558 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0090, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2070, de 2000. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 13/12/96, entre a CDHU e a Confil Construtora Figueiredo Ltda, constante do Processo TC 1235/026/97. Parecer nº 128, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

559 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0001, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 69, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 14/05/96, entre a CDHU e a Múltipla Engenharia Ltda, constante do Processo TC-18852/026/96. Parecer nº 113, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

560 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0003, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 71, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 9/5/96, entre a CDHU e a H.M. Engenharia e Construção Ltda, constante do processo TC-18846/026/96. Parecer nº 114, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

561 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0004, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 72, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acordo referente ao Processo TC - 18841/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório e respectivo contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Conee Construção Civil e Elétrica Ltda. Parecer nº 261, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 752, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1828, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acordo referente ao Processo TC - 018841/026/96, que verificou irregularidades em contrato firmado entre Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Conee Construção Civil e Elétrica Ltda. Parecer nº 262, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

562 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0007, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 75, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 9/10/96, entre a CDHU e a Via Engenharia S/A, constante no processo TC-33993/026/96. Parecer nº 115, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

563 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0008, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 76, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos acórdãos referentes ao Processo TC 18851/026/96, que verificaram irregularidades no certame licitatório, no contrato e no termo de reti-ratificação firmados entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a Araújo S/A de Engenharia e Construções. Parecer nº 239, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 694, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1610, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018851/026/96, que verificou irregularidades em contrato firmado entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e Araújo S/A de Engenharia e Construções. Parecer nº 240, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

564 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0010, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 78, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 002295/026/95, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e nos termos subsequentes firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Amafi Comercial e Construtora Ltda. Parecer nº 263, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 796, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1902, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 002295/026/95, que verificou irregularidades em contratos firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a AMAFI - Comercial e Construtora Ltda. Parecer nº 264, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

565 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0011, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 79, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 26/03/96, entre a CDHU e a Engelux Comercial e Construtora Ltda, constante do Processo TC - 12472/026/96. Parecer nº 116, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

566 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0012, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 80, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 3/04/96, entre a CDHU e a Schahim Cury Engenharia e Comércio Ltda, constante do Processo TC - 15527/026/96. Parecer nº 117, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

567 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0013, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 81, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 07/10/96, entre a CDHU e a Construtora Itajaí Ltda, constante do Processo TC - 33991/026/96. Parecer nº 118, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

568 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0015, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 333, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 29/12/94, entre a CDHU e a Campanário Construções e Incorporações Ltda, constante do Processo TC-001765/026/95. Parecer nº 119, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

569 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0016, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 334, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acordo referente ao 4º termo aditivo do contrato celebrado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Wesley Duke Lee, constante do Processo TC-07730/026/91. Parecer nº 120, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

570 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0020, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 338, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão referente ao Termo de Conversão de Valores referente ao contrato celebrado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Offício - Serviços de Vigilância e Segurança Ltda, constante do Processo TC-8418/026/92. Parecer nº 121, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

571 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0021, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 339/01. Aprova os 9º e 10º termos aditivos ao contrato celebrado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Hidrobrasileira S/A Consultoria e Engenharia e Consultoria Técnica, constante do Processo TC 2801/026/90. Parecer nº 500, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

572 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0022, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 340, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 32209/026/98, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e no termo de aditamento firmados entre a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - Febem e a Top Service Recursos Humanos e Assessoria Empresarial Ltda. Parecer nº 241, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

573 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0023, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 343, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 27141/026/94, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e o Termo de reti-ratificação firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora J. Sogame Ltda. Parecer nº 265, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 215, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1043, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 027141/026/94 verificou irregularidades em contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora J. Sogame Ltda. Parecer nº 266, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

574 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0024, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 344, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC 5941/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e no termo de reti-ratificação firmados entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a Longitudinal Construções Ltda. Parecer nº 242, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

575 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0025, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 345, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 31142/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório e no respectivo contrato firmado entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a Ecco - Engenharia, Construção e Comércio Ltda. Parecer nº 243, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

576 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0026, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 346, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018830/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e nos termos subseqüentes firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora L. R. Ltda. Parecer nº 267, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 166, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 960, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018830/026/96, que verificou irregularidades em contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora L.R. Ltda. Parecer nº 268, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

577 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0027, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 347, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 25320/026/96, que verificou

irregularidades no certame licitatório, no contrato e nos termos subsequentes firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a MC Construções Ltda. Parecer nº 269, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 283, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1116, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 025320/026/96 verificou irregularidades em contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a M.C. Construções Ltda. Parecer nº 270, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

578 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0028, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 348, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 31144/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório e respectivo contrato firmado entre a CDHU -Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a Connep Empreendimentos e Construções Ltda. Parecer nº 244, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

579 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0029, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 349/01. Aprova o certame licitatório e o respectivo contrato, celebrado em 16/11/95, entre a CDHU e a Schaim Cury Engenharia e Comércio Ltda, constante do Processo TC-33043/026/95. Parecer nº 501, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

580 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0030, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 350, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 18847/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e no termo de reti-ratificação firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Múltipla Engenharia Ltda. Parecer nº 271, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 481, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1373, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018847/026/96 verificou irregularidades em contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e

Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Múltipla Engenharia Ltda. Parecer nº 272, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

581 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0033, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 353, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 34819/026/92, que verificou irregularidades no 3º, 4º e 5º termos aditivos ao contrato firmado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Manserv Montagem e Manutenção Ltda. Parecer nº 246, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

582 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0034, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 354, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 28542/026/96, que verificou irregularidades no certame licitatório e no respectivo contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Telar Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 273, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 1043, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3227, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028542/026/96 que verificou irregularidades em contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Telar Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 274, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

583 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0036, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 356, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 013827/026/91, que verificou irregularidades no 7º termo aditivo ao contrato firmado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Badra S/A. Parecer nº 247, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

584 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0037, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 357, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 23512/026/92, que verificou

irregularidades nos termos aditivos de nºs 4, 5, 6 e 7 ao contrato firmado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Tecnosolo Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais S/A. Parecer nº 275, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 373, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1261, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023512/026/92, que verificou irregularidades nos termos aditivos de nºs 4, 5, 6 e 7 ao contrato firmado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Tecnosolo Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais S/A. Parecer nº 276, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

585 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0048, de 2001, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 522, de 2001. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 03290/026/91, que verificou irregularidades no 6º termo aditivo do contrato firmado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Pluri Engenharia e Projetos S/C Ltda. Parecer nº 245, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

586 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0008, de 2003, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1524, de 2003. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 58/007/99, que verificou irregularidades no certame licitatório e no respectivo contrato firmado entre Secretaria de Segurança Pública e a empresa Santa Helena Comércio de Alimentos Ltda. Parecer nº 248, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

587 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 13, de 2003, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2239/03. Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado que julgou irregulares o Processo Seletivo da Concorrência Pública e o Contrato celebrado pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo - DER - e a Construtora Ferreira Guedes S/A, constante do Processo TC 019751/026/93. Parecer nº 4169, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

588 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0003, de 2004, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 840,

de 2004. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018363/026/00, que verificou irregularidades no certame licitatório e no contrato e no termo aditivo, firmados entre Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo - DER e a Consdon Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 249, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

589 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0004, de 2004, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 841, de 2004. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 22056/026/94, que verificou irregularidades no certame licitatório, no contrato e nos termos subsequentes firmados entre Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo - DER e a Transtécnica Construções e Comércio Ltda. Parecer nº 250, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

590 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 3, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 287, de 2005. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para considerar regulares a Carta CT/CDHU/6000/1000/860/92, o Termo de Aditamento nº 766/92, de 29/10/92; e outros, provenientes do contrato celebrado entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a Empresa Consórcio Habitacional Franca, constante no processo TC - 1153/026/96. Parecer nº 533, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

591 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 45, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 570, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004657/026/97, que verificou irregularidades em contrato firmados entre a FURP e a De Nadai Restaurante Industrial Ltda. Parecer nº 526, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 1038, de 2005. Parecer nº 3144, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004657/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela FURP (Fundação para o Remédio Popular) e a empresa De Nadai Restaurante Industrial Ltda. Parecer nº 527, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

592 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 440, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº

1332, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 012477/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Via Engenharia S/A. Parecer nº 1327, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 608, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1500, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 012477/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Via Engenharia S/A. Parecer nº 1328, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável).

593 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 441, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1333, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018410/026/03, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela Secretaria da Fazenda (CGA - Coordenadoria Geral de Administração, DSAC - Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares) e a Empresa Limpadora Centro Ltda. Parecer nº 3100, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

594 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 534, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1426, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 012479/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste. Parecer nº 1735, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 878, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2175, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 012479/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste. Parecer nº 1762, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

595 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 565, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1457, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 034084/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e CCC Construtora e Comércio. Parecer nº 1736, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 1035, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3050, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 034084/026/96 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e a CCC Construtora e Comércio Ltda. Parecer nº 1737, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.)

596 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 985, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2558, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 036173/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Tamoyos Ltda. Parecer nº 3595, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

597 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 986, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2559, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028376/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a L. Castelo Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 289, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

598 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 987, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2560, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 036951/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora OAS Ltda. Parecer nº 1269, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

599 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 1001, de 2005, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento. Parecer nº 2676, de 2005. Susta a execução do contrato celebrado em 30/05/01, entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e o Consórcio Enger - CKC, objetivando a prestação de serviços de consultoria para apoio ao gerenciamento geral da implantação das obras de rebaixamento e ampliação da calha do Rio Tietê - Fase II do Projeto de Despoluição da Bacia do Rio Tietê. Parecer nº 2696, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

600 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 1019, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2854, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 024889/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e a Construtora CSO Ltda. Parecer nº 2950, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. (Em anexo o Projeto de decreto legislativo nº 97, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 794, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 024889/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e a Construtora CSO Ltda. Parecer nº 2951, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável).

601 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 6, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 104, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004009/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa C.A.L. Empreendimentos e Participações Ltda. Parecer nº 116, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

602 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 10, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 192, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023428/026/01 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa

H.E. Engenharia, Comércio e Representações Ltda. Parecer nº 3596, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

603 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 16, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 270, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004434/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a ETEMP - Engenharia Indústria e Comércio Ltda. Parecer nº 283, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

604 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 62, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 681, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 013513/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Spenco Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 3597, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

605 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 63, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 682, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004014/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Condor Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 3598, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

606 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 65, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 684, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004020/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Paez de Lima construções, Comércio e Empreendimentos Ltda. Parecer nº 3599, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

607 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 66, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 685, de

2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004428/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Simétrica Engenharia Ltda. Parecer nº 3600, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

608 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 69, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 727, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028774/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) entre a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Simioni Viesti Ltda, sendo o contrato celebrado em dezenove de setembro de dois mil e três, objetivando a construção de 141 (cento e quarenta e uma) unidades habitacionais tipo VI22F-V2 para o empreendimento habitacional localizado no Município de Rio Claro/SP. Parecer nº 3601, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

609 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 71, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 729, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 019973/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Engelux Comercial e Construtora Ltda. Parecer nº 3602, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

610 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 73, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 731, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 016610/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Construtora Noroeste Ltda. Parecer nº 3603, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

611 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 74, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 732, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 040576/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de

Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Schahin Engenharia Ltda. Parecer nº 2812, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

612 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 78, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 736, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC -007362/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Múltipla Engenharia Ltda. Parecer nº 2814, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

613 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 89, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 748, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026277/026/01 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa CDM Construtora e Empreendimentos Ltda. Parecer nº 2822, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

614 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 91, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 750, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004124/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Construtécnica Engenharia Ltda. Parecer nº 3604, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

615 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 92, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 751, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020071/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Embrasil Incorporações e Construções Ltda. Parecer nº 3605, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

616 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 105, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº

1102, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026875/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa L. Castelo Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 2830, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

617 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 125, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1216, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026155/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a TECNOSUL Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 237, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

618 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 131, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1294, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 029968/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Construtécnica Engenharia Ltda. Parecer nº 129, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

619 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 132, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1295, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 013142/026/04 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa CAL Empreendimentos e Participações Ltda. Parecer nº 1267, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

620 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 139, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1302, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 029966/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Múltipla Engenharia Ltda. Parecer nº 4007, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

621 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 160, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1329, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 006416/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Paez de Lima Construções Comércio e Empreendimentos Ltda. Parecer nº 3656, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

622 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 172, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1406, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 033139/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Jábali Aude Construções Ltda. Parecer nº 3557, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

623 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 173, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1408, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028762/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e o Consórcio - Metrópole Menin. Parecer nº 3657, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

624 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 182, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1417, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028775/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Jataí Ltda. Parecer nº 561, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

625 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 206, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1441, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 034078/026/01 que verificou

irregularidades em contrato(s) firmado(s) CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Engelux Comercial e Construtora Ltda. Parecer nº 3101, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

626 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 212, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1447, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 034094/026/01 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Itajaí Ltda. Parecer nº 2892, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

627 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 214, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1449, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 016611/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Metrópole Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 3659, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

628 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 238, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1566, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023473/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtécnica Engenharia Ltda. Parecer nº 3558, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

629 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 239, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1567, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004429/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Schahin Engenharia Ltda. Parecer nº 4009, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

630 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 241, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1569, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 021034/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa L. Castelo Engenharia E Construções Ltda. Parecer nº 696, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

631 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 247, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1575, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 032170/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) e a FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras). Parecer nº 688, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

632 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 248, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1577, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 01497/026/93 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo) e o Consorcio Eletro Três de Transporte Coletivo. Parecer nº 284, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

633 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 257, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1613, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 036838/026/97 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Paez de Lima Construções Comércio e Empreendimento Ltda. Parecer nº 554, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

634 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 2, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 77, de 2007. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028366/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de

Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Desing Engenharia Indústria e Comércio Ltda. Parecer nº 3609, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

635 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 3, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 78, de 2007. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 021029/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa L.Castelo Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 3610, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

636 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 83, de 2007. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026177/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Tecnosul Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 4170, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável, com substitutivo.

637 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 11, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 90, de 2007. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 021364/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa L. Castelo Engenharia Ltda. Parecer nº 3611, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

638 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 29, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 883, de 2007. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o acórdão concernente ao processo TC 018305/026/92, que julgou irregulares os 4º e 5º termos de alteração à conversão dos valores contratuais celebrados entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e a Empresa Ypê Engenharia. Parecer nº 689, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

639 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 41, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1250, de

2007. Não acata a decisão do Tribunal de Contas no Processo TC 023259/026/2003, que julgou irregular o contrato firmado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e a Construtora F. S. Finocchio Ltda. Parecer nº 915, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

640 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 42, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1251, de 2007. Considera insubsistente a Decisão do Tribunal de Contas no processo TC 09929/026/02 que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CDHU e a Empresa Buzolin Construtora Ltda. Parecer nº 235, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

641 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 43, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1252, de 2007. Considera insubsistente a Decisão do Tribunal de Contas no processo TC 09930/026/02 que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CDHU e a empresa H.E Engenharia, Comércio e Representações Ltda. Parecer nº 2937, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

642 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 44, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1253, de 2007. Considera insubsistente a Decisão do Tribunal de Contas no processo TC 020288/026/01 que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CDHU e a Empresa Vemax Construtora Ltda. Parecer nº 2938, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

643 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 45, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1254, de 2007. Considera insubsistente a Decisão do Tribunal de Contas no processo TC 026280/026/01 que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CDHU e a Empresa Engelux Comercial e Construtora Ltda. Parecer nº 2939, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

644 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 46, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1255, de 2007. Considera insubsistente a Decisão do Tribunal de Contas no processo TC 016436/026/00 que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CDHU e a empresa Construtora Piacentini Ltda. Parecer nº 2940, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

645 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 47, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1256, de 2007. Considera insubsistente a decisão do Tribunal de Contas no processo TC 006472/026/2006, que julgou irregular o contrato firmado entre a Secretaria dos Negócios da Segurança Pública - Delegacia Seccional da Polícia Jundiaí e Auto Posto Marataí Ltda. Parecer nº 2941, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

646 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 48, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1257, de 2007. Considera insubsistente a decisão do Tribunal de Contas no processo TC 027629/026/96, que julgou irregular a execução de contrato firmado entre a CDHU e a empresa Paez de Lima Construções, Comércio e Empreendimentos Ltda. Parecer nº 2942, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

647 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 81, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2626, de 2007. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão prolatado pela E. 1ª Câmara referente ao Processo TC-013139/026/04, que julgou irregular o contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora J. Sogame Ltda. Parecer nº 769, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

648 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 90, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3031, de 2007. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC-28962/026/03, que julgou irregulares a Tomada de Preços n.º 05/7826/02/02 e o contrato de 29/03/05 e ilegal o ato determinador de despesa, celebrado entre a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação e a empresa DECIVIL Construções Ltda. Parecer nº 88, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

649 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 95, de 2007, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3071, de 2007. Considera regulares, nos autos do processo TC028697/026/03, do Tribunal de Contas do Estado, a Tomada de Preço e o conseqüente Contrato nº 05/7821/02/02, celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Construmik Comércio e Construção Ltda. Parecer nº 3239, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle,

favorável.

650 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2008, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento. Parecer nº 74, de 2008. Propõe o arquivamento do contrato e os termos aditivos firmados entre a Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto e o Auto Posto Pérola Rio Preto Ltda. Parecer nº 456, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

651 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 15, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1310, de 2008. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no acórdão referente ao Processo TC - 020017/026/93, que verificou irregularidades em contrato firmado pelo Metrô (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a empresa BBL Bureau Brasileiro S/C Ltda. Parecer nº 117, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

652 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 16, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1496, de 2008. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no acórdão referente ao Processo TC-031361/026/99, que julgou irregulares a licitação, o contrato e a despesa decorrente entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Metrô Engenharia e Comércio Ltda., objetivando a execução de empreendimento habitacional de interesse social (Iacri "G"), no município de Iacri. Parecer nº 86, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

653 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 19, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1967, de 2008. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente ao processo TC- 0028958/026/03, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Duaço Engenharia, Construção Civil e Metálica Ltda. Parecer nº 3241, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

654 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 26, de 2008, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento. Parecer nº 2996, de 2008. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão referente ao processo TC - 29371/026/04, que julgou irregulares a Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 008, de 2004, bem como o Contrato s/nº, de

27/08/2004 e o Termo Aditivo, de 25/02/2005 celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP e a Terraplanagem Dois Córregos Ltda. Parecer nº 738, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

655 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 27, de 2008, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento. Parecer nº 3005, de 2008. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC- 24085/026/01, que julgou irregulares a licitação, o contrato e o termo aditivo celebrado entre a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo e a empresa USS Assistência 24 Horas Ltda. Parecer nº 739, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

656 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 30, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3080, de 2008. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão prolatado pela E. Segunda Câmara no Processo TC- 026275/026/01, que julgou irregulares a concorrência pública, o contrato e termos aditivos celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Paez de Lima Construções, Comércio e Empreendimentos Ltda. Parecer nº 4011, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

657 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 33, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3150, de 2008. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao processo TC021048/026/2000, que julgou irregular a Concorrência Pública em exame, bem como o Contrato e os Termos Aditivos firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa COMAGI - Construções e Comércio Atayde Girardi Ltda. Parecer nº 3395, de 2008, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

658 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 39, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3355, de 2008. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-012823/026/04, que julgou irregulares a tomada de preços, o contrato, os termos aditivos e o termo de encerramento das obrigações contratuais firmados entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE - e a Profac Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 690, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

659 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 41, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3393, de 2008. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-004944/026/04, que julgou irregulares o pregão presencial e o contrato celebrado entre o Centro de Detenção Provisória Chácara Belém I e a empresa Geraldo J. Coan e Cia. Ltda. Parecer nº 552, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

660 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 45, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3455, de 2008. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC-8988/026/05, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato celebrado entre o Dersa- Desenvolvimento Rodoviário S/A e Duaço Engenharia Construção Civil e Metálica Ltda. Parecer nº 37, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

661 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 46, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer 3478, de 2008. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC-018315/026/00, que julgou irregulares a licitação, o contrato, os termos de aditamento e as despesas decorrentes celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU e a empresa Sat Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 697, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

662 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 48, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3480, de 2008. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao processo TC021974/026/2000, que verificou irregularidades na concorrência pública, no contrato, no termo aditivo e noutros termos firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa L. Castelo Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 285, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

663 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 55, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3524, de 2008. Susta o contrato celebrado, em 2005, entre o Banco Nossa Caixa S.A. e a Empresa BSI Tecnologia Ltda., para o fornecimento de solução, composta de hardware, software e serviços, inclusive correlatos, para administração e

controle de acesso dos usuários. Parecer nº 87, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

664 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 63, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 4150, de 2008. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao processo TC 33152/026/98, que julgou irregulares a licitação, o contrato e os termos de aditamento, retificação, ratificação e prorrogação do contrato original celebrados entre a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP e a CONSOFTE Consultoria e Sistemas Limitadas. Parecer nº 698, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

665 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 64, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 4151, de 2008. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo TC - 23179/026/94, que julgou irregulares os termos aditivos de nºs 08,09, 10,11 e 12 referentes ao contrato celebrado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a empresa Alstom Brasil Ltda. Parecer nº 742, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

666 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 65, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 4200, de 2008. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no Processo TC - 34762/026/06, que julgou irregular o contrato celebrado entre Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Empresa Betumarco & Magasan Construtora Ltda. Parecer nº 699, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

667 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 68, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 4245, de 2008. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos autos do processo TC-36887/026/99, que considerou irregulares a licitação, o contrato e os termos de aditamento, alteração e encerramento celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Erevan Engenharia S.A. Parecer nº 1268, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

668 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 69, de 2008, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 4324, de 2008. Reconhece as decisões do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão

referente ao processo TC - 019867/026/03, que julgaram irregulares a tomada de preços e o contrato e os termos aditivos modificativos celebrados entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER e a CONCREMAT Engenharia e Tecnologia S/A. Parecer nº 743, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

669 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 2, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 76, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao processo TC 006466/026/06, que julgou irregular a Licitação, modalidade Pregão Presencial, nº 10, de 2004, e o Contrato de 21/03/05 firmado entre a Secretaria de Estado da Cultura - Divisão de Administração e a empresa Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda. Parecer nº 359, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

670 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 78, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-17617/026/05, que julgou irregulares a Concorrência Pública nº 8, de 2004, e o Contrato nº 13.676-1, firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER e a Vale do Rio Novo Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 916, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

671 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 79, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-40194/026/2002, que julgou irregulares a concorrência pública, o contrato e os termos aditivos firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Tecnosul Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 770, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

672 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 9, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 115, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-31362/026/99, que julgou irregulares a licitação, o contrato e as despesas decorrentes celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU e e o Consórcio F.M. Rodrigues/Capellano. Parecer nº 575, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

673 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 10, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 118, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-028207/026/99, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e a Souza Galasso Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 745, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

674 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 14, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 170, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-031363/026/99, que julgou irregular a licitação e o contrato contraído entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Sercom Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 986, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

675 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 16, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 273, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo TC - 062096/026/90, que julgou irregulares o 11º, 12º e 13º Termos Aditivos e o Termo de Transação e Quitação Geral relativos a contrato celebrado entre a DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A e a Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO. Parecer nº 1119, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

676 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 18, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 277, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-1973/026/2007, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Construmedici Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 1196, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

677 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 19, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 278, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC - 8085/026/05, que julgou irregulares o segundo e terceiro termos de aditamento e a reti-ratificação derivados do contrato

celebrado entre a Superintendência de Controle de Edemias - SUCEN e a Algarves Alimentos do Brasil Ltda. Parecer nº 740, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

678 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 21, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 691, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-17187/026/2003, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Tecsel Construções e Comércio Ltda. Parecer nº 691, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

679 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 22, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 286, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC - 020212/026/04, que julgou irregulares a licitação, o contrato e o termo de aditamento celebrados entre o Banco Nossa Caixa S/A e a Affair System Telecomunicações Ltda. Parecer nº 741, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

680 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 23, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 287, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC - 035972/026/04, que julgou irregulares a tomada de preços e o contrato firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a CLM Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Parecer nº 832, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

681 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 24, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 309, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao processo TC 029818/026/2003, que julgou irregulares a licitação e o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a CAL Empreendimentos e Participações Ltda. Parecer nº 742, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

682 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 25, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 353, de 2009. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao

Processo TC - 5852/026/95, que julgou irregular o contrato celebrado entre o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT e a Fundação Tropical de Pesquisas e Tecnologia "André Tosello". Parecer nº 692, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

683 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 26, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 543, de 2009. Susta o contrato celebrado em 2004 entre a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo e a TCI File Tecnologia do Conhecimento e da Informática Ltda., para execução de serviços de gerenciamento seguro de documentos e informações. Parecer nº 746, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

684 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 27, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 544, de 2009. Considera regulares, nos autos do processo TC 021467/026/05, a Tomada de Preços e o conseqüente Contrato nº 05/5618/03/02, celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Flasa Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 693, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

685 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 28, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 554, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 007233/026/93, que tomou conhecimento do termo de rescisão contratual e julgou ilegal a despesa com o pagamento da nota fiscal nº 3425, referente ao contrato firmado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e a Trank Empresa de Segurança S/C Ltda. Parecer nº 694, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

686 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 30, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 576, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC 007031/026/04, que julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrado entre Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Sab Wabco do Brasil Ltda. Parecer nº 743, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

687 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 31, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 580, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo,

referente ao Processo TC-010259/026/05, que julgou irregular o contrato celebrado entre o Centro de Detenção Provisória de São Vicente e a empresa De Nadai Alimentação S/A. Parecer nº 744, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

688 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 35, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 759, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 018173/026/05, que julgou irregulares a dispensa de licitação e o contrato celebrado entre Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT. Parecer nº 1184, de 2009, de relator especial pela Comissão de fiscalização e Controle, favorável.

689 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 36, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 813, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 030627/026/04, que julgou irregulares a concorrência e o contrato, bem como ilegal o ato determinativo de despesa, referentes à avença celebrada entre Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Landa Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 1194, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

690 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 37, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 833, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 6549/026/05, que julgou irregulares a tomada de preços e o contrato firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Construmik Comércio e Construção Ltda. parecer nº 1199, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

691 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 38, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 861, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC-20989/026/02, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria dos Negócios de Esporte e Turismo-Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias/DADE e o Consórcio JPO/SHEMPO. Parecer nº 2314, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

692 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 43, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 935, de 2009. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente ao Processo TC-024910/026/04 que julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Construtora Itajaí Ltda. Parecer nº 700, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

693 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 44, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 959, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC- 212/006/05, sobre a Concorrência Pública e o Contrato firmado entre a Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto e a Sedexho Pass do Brasil Serviços e Comércio Ltda. Parecer nº 1266, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

694 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 46, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1120, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC - 30639/026/04, que julgou irregulares a licitação, na modalidade pregão, e o contrato celebrado entre a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP e a Ticket Serviços S.A. Parecer nº 38, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

695 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 47, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1121, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 009235/026/04, que julgou irregulares a licitação, na modalidade Pregão Presencial, e o contrato celebrado entre a Universidade de São Paulo e a Comercial Sambaíba de Veículos Ltda. Parecer nº 1309, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

696 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 48, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1131, de 2009. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 007358/026/06, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação - Centro de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP e a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação - FAFE. Parecer nº 1374, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

697 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 52, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1186, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 005191/026/95, que julgou irregular o contrato e os termos aditivos referentes a avença firmada entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo e a Procontrol Engenharia de Sistemas S/A. Parecer nº 1469, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

698 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 53, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1187, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 030657/026/02, que julgou irregulares a concorrência, o contrato e o contrato de comodato, bem como ilegais os atos determinativos das despesas, referentes à avença celebrada entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e a Empresa Siemens Ltda. Parecer nº 1552, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

699 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 54, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1188, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no processo TC - 003723/026/00, que julgou irregulares os Termos de Aditamento Contratual nºs 992/01, de 2001, e 227/02, de 2002, de prorrogação de prazo, ao contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo - CDHU e a L. Castelo Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 1470, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

700 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 55, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1189, de 2009. Susta o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e a Interativa Service Ltda., face às decisões do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que julgaram irregulares a licitação sob a modalidade pregão, o decorrente contrato e os termos aditivos e ilegais os atos determinativos das despesas (TC nº 1182/026/06). Parecer nº 1645, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

701 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 56, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1193, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos autos do processo TC- 38289/026/05, que considerou irregular o contrato

celebrado entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP e a Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Hom Ltda. - EMBRATEC. Parecer nº 1646, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

702 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 57, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1214, de 2009. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-3111/026/99, que julgou irregulares a licitação e o contrato firmado entre a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo - Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado - Casa de Detenção Feminina do Tatuapé e a empresa Geraldo G. Joan & Cia Ltda. Parecer nº 1877, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

703 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 58, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1277, de 2009. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-000423/026/05, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER e o Consórcio Planserv - TCL. Parecer nº 1795, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

704 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 59, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1278, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 024230/026/97, que julgou irregulares o 6º, 7º, 8º e 9º termos aditivos, bem como ilegais os atos determinativos das despesas, referentes à avença celebrada entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e a empresa DUMEZ GTM Ltda. Parecer nº 1734, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

705 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 61, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1319, de 2009. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 021725/026/93, que julgou irregular o contrato e os aditivos celebrados entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública - Delegacia Geral de Polícia e a empresa H. Guedes Engenharia S.A. Parecer nº 458, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

706 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 63, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1330, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado referente ao Processo TC - 013516/026/2002, que julgou irregular o contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e o Consórcio Mitto Planova. Parecer nº 1669, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

707 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 64, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1331, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo TC - 24169/026/2006 que julgou irregular o contrato celebrado entre o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE e a GOCIL Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. Parecer nº 1878, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

708 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 68, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1471/09. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 016492/026/02, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Paulo - CDHU e o Consórcio TRIEFE - TECTON. Parecer nº 2148, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

709 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 70, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1612, de 2009. Considera regulares, nos autos do processo TC- 037823/026/06, o Pregão Presencial nº 455/05, o contrato e termos aditivos celebrados entre a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB e a empresa Unibanco AIG Seguros S/A. Parecer nº 457, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

710 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 74, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1733. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 21724/026/93, que julgou irregulares o contrato e os aditivos celebrados entre a Secretaria da Segurança Pública - Delegacia Geral de Polícia - e a Kallas Engenharia e Empreendimentos Ltda. Parecer nº 2216, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

711 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 75, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1796, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no Processo TC - 9377/026/05, que encontrou irregularidades no contrato firmado entre o Banco Nossa Caixa S.A. e a empresa TNL Contax S.A. Parecer nº 2631, de 2009, de relator especial da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

712 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 76, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1797, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 21723/026/93, que julgou irregulares o contrato e os termos aditivos celebrados entre a Secretaria da Segurança Pública - Delegacia Geral de Polícia e Kallas Engenharia e Empreendimentos Ltda. Parecer nº 747, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

713 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 77, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1853, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao TC nº 017188/026/03, que verificou irregularidades no contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Construmedi Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 459, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

714 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 79, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1948, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo TC 17576/026/05, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria da Educação, pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, e a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação. Parecer nº 2388, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

715 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 81, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2315, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC 7358/026/2002, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato, bem como os termos de aditamento, firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Dourado Comércio e Construções Ltda. Parecer nº 551, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

716 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 82, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2376, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 017577/026/05, que considerou irregulares a dispensa de licitação e o contrato firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas e a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação - FAFE. Parecer nº 553, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

717 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 83, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2422, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao processo TC- 010171/026/03, que julgou irregulares a concorrência, o contrato e os termos aditivos firmados entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e a empresa Transbraçal Prestação de Serviços, Indústria e Comércio Ltda. Parecer nº 97, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

718 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 84, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2519, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 018189/026/05, que julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem - DER e a EIT- Empresa Industrial Técnica S/A. Parecer nº 1043, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

719 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 85, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2563, de 2009. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC 1505/002/05, que julgou irregular o Termo de Aditamento relativo ao contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento Médico Hospitalar - FAMESP e a empresa Empreiteira Resiplan Ltda. Parecer nº 395, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

720 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 86, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2564, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-001335/026/06, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa ETEMP

Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. Parecer nº 460, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

721 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 87, de 2009, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2584, de 2009. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC - 24022/026/06, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e o Consórcio Concremat - Cobrape I. Parecer nº 515, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

722 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 1, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 34, de 2010. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-028869/026/01, que julgou irregulares a concorrência, o contrato, os termos de aditamento e de alteração e a execução contratual entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Esteto Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 516, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

723 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 2, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 35, de 2010. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 4239/026/03, que julgou irregulares a concorrência pública e os demais atos que se seguiram referentes ao contrato celebrado entre Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Empresa Engefel Engenharia Civil e Ferroviária Ltda. Parecer nº 392, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

724 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 3, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 36, de 2010. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 36958/026/04, que julgou irregular a licitação, o contrato e o termo aditivo firmado entre a Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV e a empresa Policentro - Consulprev Informática Associados Ltda. Parecer nº 517, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

725 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 42, de 2010. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo,

referente ao Processo TC - 26652/026/05, que julgou irregulares a licitação, o contrato e acessórios, entre Banco Nossa Caixa S.A. e a Empresa Chronos S.A. Produtos Eletrônicos. Parecer nº 396, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

726 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 258, de 2010. Revoga o Decreto Legislativo nº 1506, de 2009 (PDL nº 502, de 2005 - RGL 6129, de 2001), referente a contrato firmado entre a CETESB e a empresa Tecknocon Comércio e Serviços Técnicos Ltda - Processo TC - 4206/026/99. Parecer nº 813, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

727 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 6, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 259, de 2010. Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos autos do Processo TC 010378/026/02 e considera regulares o Acompanhamento da execução do contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo - CDHU e a Paez de Lima Construções, Comércio e Empreendimentos Ltda. e o Termo de Verificação e Aceitação Provisória. Parecer nº 984, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

728 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 7, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 391, de 2010. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 1930/026/07, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública, por sua Delegacia Seccional de Polícia de Jundiaí, e o Auto Posto Marataí Ltda. Parecer nº 702, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

729 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 11, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 544, de 2010. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 1384/026/04, que julgou irregulares o ato determinativo da despesa, a licitação e o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Mod-Line Soluções Corporativas Ltda. Parecer nº 985, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

730 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 12, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 545, de 2010. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 000805/026/05, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Seta Construções e Comércio Ltda. Parecer nº 814, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

731 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 15, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 620, de 2010. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 000452/003/04, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e a Base Aerofotogrametria e Projetos S/A visando a execução de serviços de ortorretificação de material aerofotogramétrico. Parecer nº 987, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

732 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 16, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 646, de 2010. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC-001179/02/05, que julgou irregulares o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento das Ciências Farmacêuticas - FUNDECIF - Araraquara e a VR Vales Ltda. Parecer nº 1044, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

733 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 20, de 2010, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 761, de 2010. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 08125/026/07, que julgou irregulares a tomada de preços e o contrato firmado, bem como o ato determinativo da despesa, entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a L. Annunziata & Cia Ltda. Parecer nº 1048, de 2010, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.